

III Seminário de Acessibilidade na Universidade

BOAS PRÁTICAS DE ACESSIBILIDADE NA UNIVERSIDADE

Florianópolis 26, 27 e 28 de agosto de 2015

RELATÓRIO:

III SEMINÁRIO DE ACESSIBILIDADE NA UNIVERSIDADE: BOAS PRÁTICAS DE ACESSIBILIDADE NA UNIVERSIDADE

Florianópolis, 2015

Promoção e realização

Patrocínio



Biccateca

© 2015 UFSC

**Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Sistema de Bibliotecas Universitárias (BU)**

Campus Universitário,
Acesso Trindade, Setor D
88040-900 - Florianópolis, SC
Fone: (48) 3721-9310
Fax: (48) 3721-9603
Homepage: <http://www.portalbu.ufsc.br>

Reitora:

Profa. Dra. Roselane Neckel

Vice-reitora:

Profa. Dra. Lúcia Helena Pacheco

Diretora do Sistema de Bibliotecas Universitárias da UFSC – BU/UFSC

Bibliotecária Sigrid Karin Weiss Dutra

Coordenação:

Karyn Mulyk Lehmkuhl

Curadoria e Organização:

Clarissa Agostini Pereira
Daurecy Camilo
Joana Carla de Souza Matta Felício
Karyn Mulyk Lehmkuhl
Leonardo Pena
Madja Garcia Pereira da Silva
Maria Bernardete Martins Alves
Natacha da Silva
Yara Menegatti

Cerimonial:

Roberta Moraes de Bem

Relatoria:

Joana Carla de Souza Matta Felício

APRESENTAÇÃO

Este relatório tem o objetivo de registrar a terceira edição do Seminário de Acessibilidade na Universidade realizada no Auditório “Elke Hering” da Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no Campus de Florianópolis, nos dias 26, 27 e 28 de agosto de 2015. Esta edição foi constituída de palestras, oficinas, relatos de experiências e mesa redonda, com temas que valorizam as boas práticas de acessibilidade nas universidades e as redes de apoio à pessoa com deficiência. Foram mobilizadas 85 pessoas, entre participantes, palestrantes, organizadores, expositor, moderador e intérpretes, de diversas partes do Brasil, conforme a Figura 1.

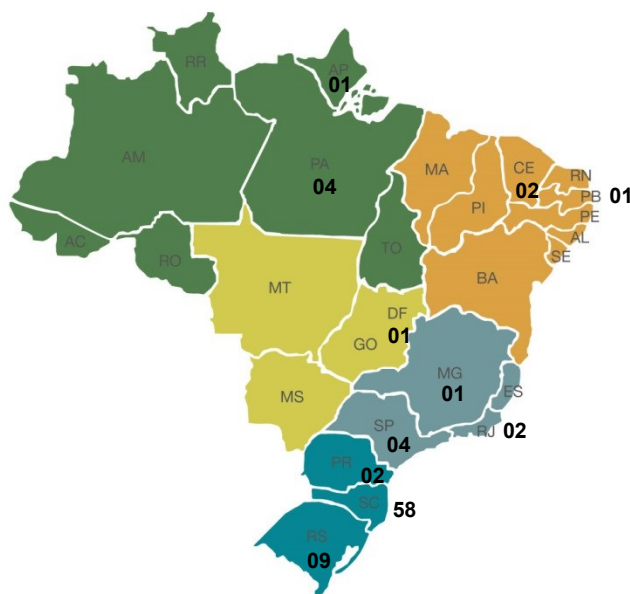


Figura 1 – Número de pessoas mobilizadas

Evento bienal de iniciativa da Biblioteca Universitária, por meio do Ambiente de Acessibilidade Informacional (AAI), o Seminário de Acessibilidade na Universidade visa promover o debate e a troca de experiências na área da acessibilidade entre profissionais, professores e acadêmicos envolvidos com a temática.

SUMÁRIO

1 ABERTURA	4
2 PALESTRA: Contribuições do Tratado de Marrakesh para ampliação do acesso à informação da pessoa com deficiência	5
Palestrante: Nayara Fátima Macedo de Medeiros - Ministério da Cultura (Minc).....	5
3 PALESTRA: Princípios para o desenvolvimento de uma política de acessibilidade na Educação Superior	10
Palestrante: Maria Sylvia Cardoso Carneiro - UFSC	10
4 EXPERIÊNCIA COM CINEMA ACESSÍVEL: sessão audiodescrição (AD) e Libras. Exibição do Documentário: “Uma Passagem para Mário” - Eric Laurence	15
5 PALESTRA: O Ambiente de Acessibilidade Informacional (AAI): atuação e fluxos de trabalho	16
Palestrantes: Clarissa Agostini Pereira e Karyn Munk Lehmkühl - UFSC	16
6 PALESTRA: O Curso de Letras Libras e seus desdobramentos na UFSC	19
Palestrante: Marcos Luchi - UFSC	19
7 PALESTRA: Desenho universal	22
Palestrante: Edmilson Klen - UFSC.....	22
8 RELATOS: Trajetória acadêmica e profissional de pessoas com deficiência	25
Convidados: Leandro de Oliveira e Karla Garcia Luiz	25
9 PALESTRA: Orientação e mobilidade na UFSC	31
Palestrante: Igor Zucchi - Associação Catarinense para Integração do Cego (ACIC).....	31
10 MESA REDONDA: Panorama da Acessibilidade no Ensino Superior Catarinense ..	34
Convidadas: Salete Cecília de Souza – UNISUL, Geisa Bock - UDESC, Vanir Peixer Lorenzini – UNIPLAC e Vivian Dias – UFSC.	34
Mediadora: Gláucia Maindra - Biblioteca Pública Municipal de Imbituba.	34
11 PALESTRA: Audiodescrição em Instituições de Ensino	38
Palestrante: Flávio Coelho – Fundação Dorina Nowill	38
12 PALESTRA: Acessibilidade no cinema – produtora “Filmes que Voam”	41
Palestrante: Chico Faganello	41
13 ENCERRAMENTO	43
14 EXPERIÊNCIA COM CINEMA ACESSÍVEL: sessão audiodescrição (AD) e Libras. Exibição do Documentário: “Escute” – Manoela Meyer	44
APÊNDICE A – PROGRAMAÇÃO	45
APÊNDICE B – RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES PRESENTES NO EVENTO	48
APÊNDICE C – SÍNTESE DA AVALIAÇÃO DO SEMINÁRIO E DAS OFICINAS	51

1 ABERTURA

Dando início à cerimônia de abertura da terceira edição do “Seminário de Acessibilidade na Universidade”, a bibliotecária Roberta Moraes de Bem, deu às boas-vindas aos participantes presentes e fez uma breve descrição do Auditório “Elke Hering”, espaço de realização do evento.

Sala com leve inclinação possui 80 cadeiras estofadas azuis. À frente possui um tablado onde ficam uma mesa e cinco cadeiras e um parlatório contendo computador e aparelhagem de som. As paredes são revestidas de lajotas até a metade. Da outra metade para cima é pintada de amarelo claro. Nas paredes laterais estão colados painéis com poesias em homenagens à Cruz e Souza. À frente e à esquerda, também sobre o tablado, as bandeiras do Brasil, da UFSC e do Estado de Santa Catarina estão penduradas em um suporte de madeira com mastros.

Ressaltou que o evento é uma iniciativa da Biblioteca Universitária da UFSC, sendo que a primeira edição aconteceu em 2010. Falou sobre os objetivos do evento e convidou as autoridades a comporem a mesa de abertura, foram elas: vice-reitora Profa Dra. Lúcia Helena Pacheco, representando a magnífica reitora Profa Dra. Roselane Neckel; diretora do Sistema de Bibliotecas da UFSC (BU/UFSC), Sigrid Karin Weiss Dutra; Chefe do Serviço de Referência da BU/UFSC, representando o Ambiente de Acessibilidade Informacional (AAI) da BU/UFSC, Karyn Munyk Lehmkuhl.

Seguiu-se com a execução do hino nacional brasileiro e na sequência com a fala das autoridades presentes que deram as boas vindas aos participantes do evento.

2 PALESTRA: Contribuições do Tratado de Marrakesh para ampliação do acesso à informação da pessoa com deficiência

Palestrante: Nayara Fátima Macedo de Medeiros¹ - Ministério da Cultura (Minc)

Discorreu sobre direitos autorais e o acesso à informação às pessoas com deficiência, objetivos do Tratado de Marrakesh. Apresentou algumas noções básicas sobre a Lei de Direitos Autorais. O direito autoral é o direito exclusivo sobre formas de utilizações das obras (reprodução, distribuição, comunicação ao público) e implica na necessidade de autorização/remuneração do/para o detentor do direito autoral. O direito autoral divide-se em: a) direitos patrimoniais - reprodução, distribuição, execução musical, representação teatral, adaptação e quaisquer outras modificações; e b) direitos morais - paternidade e integridade. Por que isso é importante no Tratado de Marrakesh? Para reproduzir uma obra para formatos acessíveis, faz-se reprodução, adaptação e outros tipos de modificações. Isso viola os direitos autorais. Nem sempre o autor é o detentor do direito autoral sobre a obra, então, tem-se que identificar quem é o detentor dos direitos autorais, para se pedir autorização e muitas vezes remunerá-lo. Este processo não é simples, leva tempo e pode aumentar o custo de produção da obra em formato acessível. Há estatísticas que mostram que a maioria das pessoas com deficiência visual ou baixa visão estão em países em desenvolvimento. Então, este aumento de custo é muito relevante. A pessoa com deficiência já tem menos acesso a materiais, pois são poucas obras disponíveis em formato acessível (nos países em desenvolvimento menos de 1% dos livros estão em formato acessível), e ainda tem um agravante que é a desigualdade econômica, tendo em vista que a maioria destas pessoas está em países em desenvolvimento. Esta questão do custo é um fator essencial. Existem limitações e exceções aos direitos autorais que visam equilibrar os direitos do autor e o interesse público. Os principais acordos internacionais sobre direitos autorais tratam da proteção aos direitos exclusivos do autor e não trazem limitações/exceções mandatórias (CONVENÇÃO DE BERNA, CONVENÇÃO DE ROMA E ACORDO TRIPS). Os países devem colocar limitações e exceções em suas leis de direito autoral para possibilitar este acesso. No caso da lei brasileira,

¹ Mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília, mesma instituição em que concluiu a graduação em 2012. Foi coordenadora de comunicação do Projeto Política na Escola. Atualmente, é doutoranda na UnB e faz parte do grupo de pesquisa sobre democracia e desigualdades da Universidade de Brasília.

tem-se um artigo que limita o direito autoral em benefício do deficiente visual, mas ainda é limitada esta exceção, e o Tratado de Marrakesh vai ampliar isso. O Tratado de Marrakesh especifica que os beneficiários sejam pessoas cegas, ou com algum tipo de deficiência visual ou que tenham dificuldades de acesso aos materiais impressos; não será mais necessário pedir autorização do autor e/ou pagar o direito de autor; inclui dispositivos para facilitar o intercâmbio transfronteiriço de obras de modo a evitar a duplicação de esforços ao produzir materiais acessíveis; elimina barreiras relevantes na produção e distribuição de obras em formato acessível. O Brasil foi um país que contribuiu bastante para o Tratado de Marrakesh. A partir de visitas às instituições que tratam com o cego, o Ministério da Cultura teve a consciência da importância que este Tratado tem para mudar a vida das pessoas.

Debate

Clemilda dos Santos Sousa – UFC – o Tratado de Marrakesh prevê incluir pessoas com outros tipos de deficiência? Precisa pedir autorização para reproduzir material acessível para estas pessoas? Muitas vezes os materiais solicitados pelo professor não estão no acervo da biblioteca e o professor empresta o livro para que a biblioteca possa fazer a adaptação, há algum problema nisso? Ou o material deve compor o acervo da biblioteca?

Nayara Fátima Macedo de Medeiros - Ministério da Cultura (Minc) – o Tratado de Marrakesh beneficia a pessoa cega; que tenha deficiência visual ou qualquer outra deficiência perceptiva de leitura que não possa ser corrigida para se obter um grau de visão similar ao de uma pessoa que não tenha deficiência; que esteja impossibilitada, de qualquer outra maneira, devido a uma deficiência física, de sustentar ou manipular um livro ou focar ou mover os olhos da forma que normalmente seria apropriado para a leitura. Não prevê outros tipos de deficiência, por isso, há um risco na adaptação de materiais para outras pessoas, mas acredito que a Corte não iria julgar favorável ao detentor do direito autoral. A limitação que está na lei permite qualquer tipo de reprodução, não importa se está no acervo da biblioteca. O professor que comprou um livro, pode dispor como quiser dele, pode doar, vender, emprestar. Para pessoa com deficiência visual especificamente a lei permite esta reprodução.

Claire Cascaes de Aquino - IFSC Palhoça - *o Tratado de Marrakesh especificamente está para os cegos. Há uma dificuldade para os formatos acessíveis para os surdos. Quem trabalha com os surdos sabe que não é somente a língua de sinais, mas tem diversas particularidades. Tenho muitos contatos com intérpretes e professores na área de tradução e vejo como maior dificuldade o encarecimento na produção destes materiais acessíveis para os surdos. O Tratado de Marrakesh é um início para que as fundações, a organização mundial dos surdos, possam se basear?*

Nayara Fátima Macedo de Medeiros - Ministério da Cultura (Minc) – *o Tratado foi um primeiro passo na direção de ampliar as limitações dos direitos autorais e focar no interesse público. Mas, ele não abrange todos os tipos de deficiência. As pessoas com deficiência visual estiveram presentes em todas as discussões. Na política é importante esta participação. Numa das discussões do Tratado de Marrakesh uma pessoa com deficiência visual subiu na tribuna e falou para os EUA “eu tenho vergonha de ser americano, eu queria ser brasileiro”, porque o Brasil estava à frente destas discussões. É fundamental que a sociedade civil, as organizações, as pessoas interessadas estejam à frente desta luta.*

Salete Cecília de Souza – UNISUL - *complementando a diferença de conversão para tradução. O sistema braile é um sistema, não é uma língua, diferentemente da Libras.*

Nayara Fátima Macedo de Medeiros - Ministério da Cultura (Minc) – *a tradução é uma modalidade que precisa de autorização do autor.*

Vera Lúcia Inácio de Souza – UFRGS – *Nota-se uma resistência das editoras internacionais em disponibilizarem os livros, inclusive isso acontece com as próprias editoras universitárias. Entre os países de língua portuguesa teria uma abertura maior com relação à importação? Há uma perspectiva de outros países colaborarem? O ideal seria já importar estes livros em formato acessível.*

Nayara Fátima Macedo de Medeiros - Ministério da Cultura (Minc) – *uma das maiores contribuições do Tratado, é legalizar o acesso transfronteiriço. No caso do*

Brasil vemos, muitas vezes, com olhar pessimista, o Brasil só tem duas instituições que produzem livros em formatos acessíveis, e é muito pouco, etc... Porém, um colega de um país africano falou que eles não têm nenhuma instituição que produz livros acessíveis e sequer as pessoas sabem utilizar o braile. Acredito que a situação do Brasil poderá melhorar com a importação de livros, principalmente de Portugal, mas especialmente contribuir também com a exportação de materiais em formatos acessíveis. O Tratado ainda não está em vigor, precisa de 20 ratificações para entrar em vigor e temos apenas 9. No Brasil está tramitando na câmara dos deputados. Falar de uma perspectiva é complicado tendo em vista que ainda não está em vigor.

Jozilda Berenice Candido Fogaça – FEEVALE – meu desejo e minha preocupação é que o Tratado possa possibilitar que as editoras produzam estes livros em formatos acessíveis.

Nayara Fátima Macedo de Medeiros - Ministério da Cultura (Minc) – na maior parte dos países as editoras não apresentam um interesse muito grande em produzir livros em formatos acessíveis. Creio que não podemos depender do mercado neste aspecto, especialmente porque o custo é alto, e não é economicamente viável para as editoras produzirem estas obras. É necessário uma política pública de acessibilidade, e o Ministério da Cultura têm trabalhado neste sentido.

Participante não identificado – com relação a audiodescrição inserida em um filme, é necessário autorização?

Nayara Fátima Macedo de Medeiros - Ministério da Cultura (Minc) – este assunto pode gerar discussão, especialmente porque a lei trata de fins não lucrativos.

Cristian Evandro Sehnem - UFSM – o braile não é o único formato de livros acessíveis para pessoas com deficiência visual. Quando falamos em livro acessível estamos pensando em um livro só para todos. O formato digital parece ser o formato que mais permite esta acessibilidade. Estes livros acessíveis serão produzidos e distribuídos por instituições e não há nenhuma definição de como e quais as obras serão adaptadas. É possível obrigar as editoras a publicar em formatos acessíveis?

Nayara Fátima Macedo de Medeiros - Ministério da Cultura (Minc) – *você tem razão com relação aos pontos levantados. Com relação às instituições e a oferta de formatos acessíveis o Tratado fala em entidades autorizadas, isto porque, os titulares não ficam satisfeitos em perder o controle sobre o direito da obra. Realmente ficamos dependentes em relação às escolhas destas instituições. Com a importação de livros de outros países acredito que esta oferta será diversificada. Esta é uma luta constante para ampliar o acesso à informação. Os titulares dos direitos autorais costumam ser bastante incisivos com relação à garantia dos direitos, mas podemos levar esta demanda para as discussões.*

3 PALESTRA: Princípios para o desenvolvimento de uma política de acessibilidade na Educação Superior

Palestrante: Maria Sylvia Cardoso Carneiro² - UFSC

Fez um breve histórico de como surgiu o trabalho da Coordenadoria de Acessibilidade Educacional (CAE). Inicialmente o grupo de trabalho estudava as questões da acessibilidade voltadas à educação básica. A partir da década de 90 surgia algum movimento a partir de projetos de pesquisa voltados para a pessoa com deficiência no ensino superior. Desde 2007 este grupo vem se dedicando a estudar e a propor estratégias pedagógicas de acessibilidade com estudantes de ensino superior. A proposta surgiu em função dos editais do programa “Incluir” do Ministério da Educação; das novas demandas dos alunos que até então estavam na invisibilidade dentro da instituição. Começou-se a instituir o que se chamou de Comitê de Acessibilidade na UFSC. A partir da contemplação em editais que se concorreu iniciou-se os investimentos. Em 2012 foi criado o Núcleo de Acessibilidade e desde 2013 passou a ser chamado de Coordenadoria de Acessibilidade Educacional (CAE), vinculada a Pró-reitoria de Graduação (Prograd). A CAE atua na garantia das condições de inclusão das pessoas com deficiência. Suas ações estão pautadas nos princípios para gestão da acessibilidade na UFSC: 1) as ações precisam ser descentralizadas e participativas – todas as ações propostas pela coordenadoria estão pautadas neste princípio, não é a CAE que vai realizar os trabalhos de inclusão, isto tem que acontecer em cada curso. Há uma rede de acessibilidade, dentro da UFSC e algumas parcerias externas que se dispõem a propor formação e capacitação tanto de docentes, técnicos administrativos, quanto de estudantes. Está se ofertando pelo segundo semestre uma disciplina optativa aos estudantes. Há uma aceitação e uma procura bastante importante pelos estudantes de graduação e pós nas mais diferentes áreas (psicologia, licenciatura, saúde, administração, agronomia, etc.). A ideia é participarmos da formação deste sujeito que tem buscado a disciplina não apenas como formação profissional, mas como formação humana na perspectiva da

² Graduada em Psicologia e mestre em Educação pela UFSC, doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente é Professora da UFSC e Atua no Departamento de Estudos Especializados em Educação. É membro do Comitê Gestor da Coordenadoria de Acessibilidade Educacional da UFSC.

cidadania. Esta questão da formação é estratégica e muito importante. O trabalho de assessoramento aos cursos, de acompanhamento. Entendemos que a coordenação do curso deve dar conta de atender o estudante com deficiência que chega na UFSC, certamente com o apoio da CAE, mas os professores precisam saber como lidar com isso. Os cursos precisam estar preparados para atender a todos os estudantes, por isso as ações da CAE tem que ser descentralizadas; 2) respeito à singularidade – cada pessoa tem as suas necessidades específicas, características específicas. Fazemos este acolhimento e orientação de como atender as necessidades específicas, a primeira ação é conversar com o estudante. Ele já vem enfrentando barreiras ao longo do processo de escolarização, então, nada melhor do que ele para nos informar o que ele necessita. Precisamos ouvir o estudante e compreender quais são os suportes que ele necessita; 3) promoção da cultura inclusiva – tanto os integrantes da CAE, os estagiários, os cursos, os professores e técnico administrativos que participam das formações tem sido parceiros nesta luta por uma universidade mais solidária. Tentamos divulgar estes princípios em todos os espaços em que participamos e temos tido um retorno a partir das ações de formação. 4) indissociabilidade entre inclusão e desenvolvimento institucional – tem sido uma luta a difusão destes princípios para os nossos gestores que não lidam diretamente com as questões de acessibilidade, mas precisam incorporar em suas práticas estas questões. Não estamos criando nada, é um princípio constitucional, queremos que estas ações que estão acontecendo vinculadas aos alunos com deficiência, sejam incorporadas pelos nossos gestores, porque eles precisam investir. Eles precisam saber por que precisamos de dois intérpretes em uma palestra; três estagiários para um único estudante; etc... Este trabalho de convencimento do gestor é uma luta diária. Temos que nos pautar pelos princípios da acessibilidade. 5) ações consistentemente embasadas e informadas – estamos numa perspectiva de promoção dos direitos humanos, temos estudos e pesquisas que desenvolvemos e precisamos divulgar. É importante que todo o nosso trabalho tenha este embasamento.

Debate

Participante não identificado – *em relação a ouvir este aluno com deficiência, em que momento é feita esta conversa inicial, como é este fluxo na CAE? Vocês*

possuem algum trabalho ou algum encaminhamento pós-formação, para o egresso? Quando for para o mercado de trabalho deverá haver um convencimento da empresa que ele tem um potencial, mas que deve haver uma questão voltada para a acessibilidade.

Maria Sylvia Cardoso Carneiro - UFSC – a conversa é realizada no momento do ingresso do estudante na universidade. Normalmente o estudante solicita alguma condição especial já no momento do vestibular, ou a coordenação do curso nos procura quando o aluno ingressa. Nossa proposta é que seja antes do início das aulas. Em relação às pós-formação é importante, mas no momento estamos tentando garantir as condições dentro da universidade. Esta estratégia é importante e vamos precisar pensar.

Luís Valdemir Coelho de Bragas - FURB – quanto ao fato de detectar o aluno no ingresso, tivemos dificuldades, porque na matrícula, muitos alunos se sentem constrangidos em expor que possui alguma deficiência ou que necessitam de algum material de apoio. Trabalhamos diretamente com os cursos. Para ilustrar descobrimos que tinha um anão na universidade após dois semestres que ele ingressou. Como a UFSC trata estes casos? Quanto à destinação dos recursos de acordo com a deficiência? Quais orientações dariam para outras instituições?

Maria Sylvia Cardoso Carneiro - UFSC – muitas vezes o estudante julga que não precisa de nenhum suporte. Às vezes a gente acha que ele precisa, mas é ele quem tem que dizer. Após um tempo alguns alunos vêm conversar, conhecem os recursos que a instituição tem a oferecer e aceitam. O serviço existe e colocamos a disposição das coordenações de curso, mas respeitamos a decisão do aluno. Quanto aos recursos, concorremos ao edital do MEC, mas desde 2012 recebemos um recurso sistemático e não vem direcionado para uma determinada deficiência, a instituição faz um plano de trabalho e destina os recursos.

Giulianne Monteiro Pereira - UEPB – após a aplicação desta gestão da acessibilidade na UFSC, a criação da CAE, é possível apresentar estatísticas com relação à permanência destes alunos nos cursos, a experiência tem dado certo?

Maria Sylvia Cardoso Carneiro - UFSC – *temos um projeto de pesquisa para acompanhar a trajetória acadêmica e avaliar as ações da CAE, mas por enquanto não temos estes dados.*

Ana Paula Natto Carneiro - SENAC SC – *me constrange exigir do aluno um laudo para apoio técnico. Sobre a legislação, que trata do apoio escolar, não deixa clara a figura do ledor, a despeito do interprete de libras. É uma dificuldade de justificar a contratação do ledor e há uma demanda por parte de nossos alunos.*

Maria Sylvia Cardoso Carneiro - UFSC – *em relação ao laudo técnico não é uma exigência, mas é solicitado, porque normalmente já vem com informações que nos auxiliam a pensar as necessidades de suporte que este aluno precisa. Até onde eu sei não é uma exigência, se não apresentar laudo técnico terá suporte da mesma forma. Com relação ao ledor, não somente o ledor, mas temos outros profissionais que não estão regulamentados, que não existem na carreira, temos alunos surdos/cegos na UFSC e é uma dificuldade contratar intérpretes, porque não existe na carreira federal. O gestor diz que a função é uma e a atribuição é outra. Temos proporcionado um estagiário de acessibilidade, são estudantes de cursos de graduação ou pós, e eles atuam como ledor. Com o intérprete que é uma profissão que já existe, mas não está regulamentada, já temos esta dificuldade, imagina o ledor. Promovemos capacitação para estes estudantes que estão atuando como estagiário e experiências que talvez eles não estivessem na graduação.*

Claire Cascaes de Aquino - IFSC Palhoça – *qual a experiência da UFSC com os alunos que utilizam tecnologias assistivas, como o implante coclear. Vocês só atendem as necessidades por demanda ou há uma capacitação já no ingresso destes estudantes?*

Maria Sylvia Cardoso Carneiro - UFSC – *como nosso princípio é de singularidade temos nos voltado para as necessidades específicas dos estudantes que ingressam, o foco das capacitações tem sido muito em cima das necessidades dos nossos alunos reais.*

Ana Lucia Fernandes Carelli - UNIRIO – *como são fornecidas e estruturadas as capacitações?*

Maria Sylvia Cardoso Carneiro - UFSC – *as primeiras capacitações ofertadas foi no âmbito do Profor, e dentro das nossas capacidades de trabalho temos fornecido uma capacitação por semestre para docentes e técnicos, e uma para os estudantes/estagiários. A partir do semestre passado começou-se a trabalhar também com a capacitação dos fiscais do vestibular (professores, técnicos e estudantes) não só para atuar nos vestibulares, mas também em outros concursos.*

Salete Cecília de Souza - UNISUL – *a respeito do quarto princípio “indissociabilidade inclusão e desenvolvimento institucional”, o MEC publicou, neste ano, uma nota técnica que incorpora estes princípios da acessibilidade. Entendo que estas publicações auxiliam não somente a UFSC, mas todas as instituições de ensino que são avaliadas.*

Maria Sylvia Cardoso Carneiro - UFSC – *todas as nossas ações tem sido mais na perspectiva de compreender que precisamos incorporar estes princípios em nosso dia a dia. Começamos a perceber em várias instâncias e documentos que estão sendo propostos, a incorporação destes princípios, por pressão dos movimentos sociais, mas também por força das normas e legislação. Se não houver, estas normas, estas cobranças, as coisas não acontecem, todas estas normas são bem-vindas.*

Gabriela de Leon Nóbrega Reses - SENAC EaD – *existem ações voltadas para acessibilidade nos cursos EaD, tanto na formação de tutores, professores, estruturação dos ambientes?*

Maria Sylvia Cardoso Carneiro - UFSC – *nosso foco é nos cursos presenciais. Agora que estamos começando a compreender a metodologia da EaD, nossa equipe técnica é composta de cinco pessoas, mais uma técnica em administração e os professores que dão o suporte para o comitê gestor. Estamos iniciando a compreensão da lógica e entendendo a necessidade em investir na capacitação a distância.*

4 EXPERIÊNCIA COM CINEMA ACESSÍVEL: sessão audiodescrição (AD) e Libras. Exibição do Documentário: “Uma Passagem para Mário” - Eric Laurence.

Este filme faz parte da Mostra Itinerante do II Festival de Filmes com Audiodescrição Ver Ouvindo de Recife. A produção acessível foi incentivada pelo Funcultura. Agradecimento a Audiodescritora Liliane Tavares por ter cedido o filme para exibição no Seminário.

Sinopse: Eric Laurence planeja uma viagem com o grande amigo Mário Duques, que tem câncer. Partir do Recife, cruzar a Bolívia e finalmente chegar ao deserto do Atacama, no Chile. Mais do que um diário de viagem, um documentário sobre amizade, vida e morte.

5 PALESTRA: O Ambiente de Acessibilidade Informacional (AAI): atuação e fluxos de trabalho

Palestrantes: Clarissa Agostini Pereira³ e Karyn Munyk Lehmkuhl⁴ - UFSC

Karyn iniciou sua fala apresentando alguns dados sobre a UFSC e um histórico do Ambiente de Acessibilidade Informacional (AAI), que surgiu a partir de um projeto institucional “Acessibilidade e inclusão na UFSC” aprovado pelo Ministério da Educação, em 2007 por meio do Programa “Incluir”. Atualmente são atendidos 32 estudantes no AAI, com deficiência visual, auditiva, paralisia cerebral, dislexia, síndrome de Irlem, sendo que 18 deles apresentam cegueira ou baixa visão. Dentre os serviços realizados estão: atendimento ao usuário (auxílio a pesquisa, serviço de leitor, audiodescrição de eventos), acervo especializado; adaptação de materiais, empréstimo de equipamentos, promoção de eventos (café com tato - evento mais informal que acontece, pelo menos, duas vezes ao ano, e promove o encontro do usuário com as pessoas que trabalham no AAI; e o seminário de acessibilidade – evento bienal, de caráter mais formal para discussões de temas relacionados à Acessibilidade). Quanto ao espaço físico, na Biblioteca Central tem-se guarda-volumes preferenciais e identificados para estudantes cegos e com baixa visão, banheiros adaptados, piso tátil, cadeira de rodas. Entretanto, há ainda vários aspectos a serem aprimorados.

Clarissa falou sobre o serviço de adaptação de materiais, considerado o “carro chefe” do trabalho do AAI. Apresentou o fluxo deste trabalho, que se inicia com a solicitação pelo professor ou pelo aluno (para o material utilizado em sala de aula esta solicitação é preferencialmente feita pelo professor); alimentação de uma tabela de controle; pesquisa em várias fontes para verificar se já há este material

³ Possui Especialização em Administração, Gestão Pública e Políticas Sociais pela Faculdade Dom Bosco (2014) e Especialização em Fundamentos da Arte na Educação pela Universidade de Artes do Paraná FAP (2003). Graduada em Artes Plásticas pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2000). Tem experiência na área de Artes, com ênfase em Educação Artística e na área da Acessibilidade Informacional. Atualmente é servidora técnico administrativa em educação no Ambiente de Acessibilidade Informacional da Biblioteca Central da UFSC e trabalha na adaptação de materiais para pessoas com deficiência. Possui formação em Audiodescrição pela Fundação Dorina Nowill para Cegos – SP e atua como audiodescritora em filmes.

⁴ Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2004) e mestre em Ciência da Informação pela mesma universidade. Atualmente é bibliotecária desta instituição.

disponível na versão digital; digitalização; formatação e correção; e envio ao aluno. Na etapa de formatação e correção é necessário considerar para quem é o material, pois diferentes deficiências exigem diferentes adaptações. A equipe elaborou em 2011 um tutorial para facilitar a adaptação, mas os procedimentos são adaptados de acordo com as necessidades específicas de cada estudante. O tutorial é atualizado constantemente. Outras informações disponíveis no tutorial, dizem respeito ao tamanho e tipo da fonte; espaçamentos; margens; cabeçalho e referência; descrição de figuras; notas de rodapé e reorganização de páginas. Clarissa destacou algumas orientações constantes do manual e citou a legislação que norteia o trabalho do AAI (Lei nº 9.610 de 19/02/1998 – Direitos Autorais e Lei nº 10.753, de 30/10/2003 - Política Nacional do Livro). Ressaltou ainda os objetivos dos eventos promovidos pelo AAI e os projetos futuros, dentre eles: desvincular o AAI do serviço de referência, tornando-o um setor independente; ampliar a equipe e o espaço físico; produzir áudio-livro (dissertação de mestrado já está sendo transformada em áudio-livro); promover a competência informacional dos estudantes com deficiência e criar um repositório de materiais adaptados para compartilhar materiais já adaptados com as instituições de ensino.

Debate

Participante não identificado – *como se dá a aquisição dos equipamentos?*

Clarissa Agostini Pereira – UFSC - *são adquiridos de acordo com a demanda visando os estudantes que já estão na instituição. Não são adquiridos em grandes quantidades em função da rápida obsolescência dos mesmos.*

Claire Cascaes de Aquino - IFSC Palhoça – *para uma entrevista de referência com um estudante surdo que domina a língua de sinais, vocês tem alguém na equipe que possui fluência em Libras ou tem uma dependência de intérprete?*

Karyn Munk Lehmkühl – UFSC - *não temos fluência. Eu fiz um curso muito básico, com um intérprete que já veio como estudante, quando foi necessário fazer atendimento. Temos conversado com a CAE para intensificar as capacitações para*

toda a equipe da biblioteca. Como qualquer língua precisamos nos dedicar muito, não temos fluência, mas precisamos buscar isso.

Claire Cascaes de Aquino - IFSC Palhoça – é importante ampliar a equipe visando uma equipe multidisciplinar, não somente os bibliotecários. Nós temos a capacidade de oferecer serviços desde que se tenha uma equipe multidisciplinar. Na área da surdez não podemos ficar totalmente dependentes de intérpretes, mas de tradutores, equipe de vídeo. Quantos livros o aluno pode pedir? Quanto tempo pode ficar com o material? Tem-se um espaço onde os alunos possam estudar com as tecnologias assistivas? Como estão pensando na gestão das tecnologias se a ideia é que os alunos possam circular em todos os espaços da biblioteca?

Clarissa Agostini Pereira – UFSC – não temos número mínimo ou máximo de demanda de serviços, temos que atender as demandas, a universidade tem que dar conta. Até então temos conseguido, mas já sabemos que neste semestre irão ingressar muitos estudantes com deficiência, o trabalho acaba acumulando, então acontece do estudante ficar sem o material, mas isso deve ser evitado. Estamos tentando ampliar o número de servidores, inclusive já tivemos concurso na UFSC para revisor com braille, havia seis candidatos, nenhum passou, mas será reaberto o concurso, estamos necessitando muito deste profissional. Nossos aliados são os estudantes bolsistas. Sempre se negocia a entrega do material por capítulos, e vai se fazendo aos poucos. Quanto aos materiais são emprestados e retirados no AAI. O empréstimo é feito na matrícula dos estudantes mediante a digitação da senha deles. Ele pode levar para casa, estudar em qualquer ambiente da biblioteca, a responsabilidade é do aluno.

6 PALESTRA: O Curso de Letras Libras e seus desdobramentos na UFSC

Palestrante: Marcos Luchi⁵ - UFSC

Falou sobre a sua trajetória na UFSC como estudante e agora como professor. A UFSC foi pioneira na área de libras há muito tempo, o primeiro curso foi ofertado na UFSC, em 2006, na modalidade a distância, para licenciatura em libras, hoje já temos habilitação em bacharelado. Em 2009 a UFSC criou o curso presencial. O curso está alocado no Centro de Comunicação e Expressão (CCE). Foi uma iniciativa local, em 2014 o “Programa viver sem limites” teve como meta que as instituições disponibilizassem pelo menos um curso de Libras. A UFSC preparou toda a infraestrutura necessária desde o vestibular à disponibilização dos materiais do curso, que estão traduzidos para libras dentro do Ambiente Virtual de Aprendizagem (Moodle), e os alunos podem assistir. Os Polos foram adaptados no sentido de ter tutores, professores e intérpretes. Os alunos são acolhidos na língua deles dentro da universidade. Atualmente o curso presencial é todo em língua de sinais, o ouvinte que quer cursar Letras/Libras recebe um intérprete para o português até a quarta fase, depois disso ele precisa ter aprendido Libras. Para concursos para professor é pré-requisito conhecer a língua de sinais. Hoje a equipe de interpretação da UFSC está atendendo uma demanda muito grande. Tem-se nove intérpretes efetivos, alguns terceirizados e outros bolsistas. Atuam na interpretação; tradução de materiais; revisão do português, que é a segunda língua para os surdos; no auxílio aos professores surdos que necessitam fazer ligações via telefone. Hoje no curso de Letras/Libras tem um aluno surdo/cego, havia outro que já se formou. Estes alunos necessitam tocar nas mãos para sentir os sinais de libras. Neste caso, em especial, eles tem uma habilidade que é sentir não somente as mãos, mas também se pode utilizar as costas para passar as expressões faciais e outras questões envolvidas.

⁵ Possui graduação em Letras LIBRAS e mestrado em Estudos da Tradução ambos pela UFSC, onde também é professor titular. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Estudos da Tradução/ Interpretação de Libras/Língua Portuguesa.

Debate

Luís Valdemir Coelho de Bragas - FURB – na FURB temos profissionais tanto intérpretes como professores que se formaram aqui na UFSC e que são profissionais de altíssima qualidade. Quando o aluno surdo não domina Libras, como a instituição reage ou trabalha diante de uma situação dessas?

Marcos Luchi - UFSC – o aluno que não sabe Libras, dificilmente chega ao nível superior. A maioria das famílias de surdos não sabe língua de sinais. Existem perfis e perfis de surdos. A comunidade surda chama “surdos” quem não sabe a língua de sinais e oralismo de “deficientes auditivos”. Normalmente eles pedem interprete, mas o aluno não conhece Libras, e o interprete acaba passando conteúdo sobre Libras para este aluno, porque ele não aprendeu ou porque a família optou por não ensinar. Não interpretar e fazer outros tipos de atendimento não é o melhor.

Participante não identificado - temos um aluno que não conhece o português e não sabe língua de sinais. Qual sua opinião sobre Pró-Libras, pós-graduação em Letras Libras?

Marcos Luchi - UFSC – a instituição tem autonomia de suas exigências, o decreto nº 5626 menciona nível superior em tradução e interpretação de Libras. De acordo com o decreto, quem não tem esta formação, terá um período de 10 anos para se capacitar e fazer uma prova, o Pró-Libras. A formação se dá também por meio de curso de extensão, formação continuada e pós-graduação. Para atuar no nível médio e superior o intérprete tem que ter nível superior; na educação básica, tem que ter o nível médio.

Claire Cascaes de Aquino - IFSC Palhoça - sobre a interpretação – tenho deficiência auditiva e tenho fluência em língua portuguesa. Por que a língua portuguesa não foi incluída na formação de Libras.

Marcos Luchi - UFSC – a UFSC optou por ofertar a formação de professores e de tradutores intérpretes de Curso de Letras/Libras, mas outras instituições tem um curso de formação de professores para atuar no ensino de português como uma

segunda opção de língua para surdos. Foi percebido que a formação em Libras era uma necessidade mais emergencial do mercado de trabalho.

Participante não identificado - como o aluno que não domina o português terá acesso ao material do curso?

Marcos Luchi - UFSC – o material ofertado está todo em Libras. O professor é autor do livro, texto base. Quando o professor não é o autor, as demais obras que o surdo quer ter acesso tem que serem negociadas, pedir autorização para o autor da obra. Estamos traduzindo um livro inteiro para uma disciplina do mestrado e doutorado, e depois disponibilizaremos em vídeo, porque o professor já havia pedido autorização previamente para o autor do livro, mas são poucas iniciativas.

Ricardo de Lima Chagas - UFSC – como está sendo a inserção na sociedade, destes profissionais que estão sendo formados na UFSC?

Marcos Luchi - UFSC – o decreto nº 5626 exige a contratação de professores para lecionarem as disciplinas de Libras nos cursos de licenciaturas. Formamos 60 alunos e mais 30 alunos professores de ensino de Libras.

7 PALESTRA: Desenho universal

Palestrante: Edmilson Klen⁶ - UFSC

Falou de sua motivação para atuar na área da acessibilidade, dando-se a partir de sua entrada na universidade no trabalho com os alunos das engenharias e do design, em projetos acessíveis. De acordo com o Prof. Klein a ideia do design universal é tornar um produto acessível sem mostrar que ele seja acessível, o design acessível é para pessoas com deficiência, o design universal é para todos, incluindo as pessoas com deficiência. Apresentou os sete princípios do design universal – uso equitativo, flexibilidade de uso, uso intuitivo, informação perceptível, tolerância ao erro – sistemas de controle de automação de forma que evite o erro. Onde se pode trabalhar com o design universal dentro da universidade? Ao ensinar os alunos a trabalhar desta forma, a criar produtos e serviços com esta visão, a partir dos projetos de pesquisa e de extensão, da infraestrutura (rampas, pisos táteis, scanner e impressoras 3D, laboratórios onde se pode avaliar o movimento das pessoas, etc...). Falou sobre alguns projetos, dentre eles: a) Projeto “Diversidade humana: uma lente sob o programa viver sem limite”. Ressaltou que ao criar um projeto, é preciso pensar em todos os detalhes, desde a imagem do logotipo. Por exemplo, o logo do projeto “Diversidade humana”, é o nome do projeto onde cada letra tem um formato diferente, uma cor, etc... é um toque de carinho. Neste projeto buscou-se a estruturação de um “Observatório brasileiro de acessibilidade”. Entrou-se em contato com todas as prefeituras do Brasil, para saber qual a aceitação deste projeto. Trabalhou-se com a criação de infográficos, que é uma forma fácil de trabalhar com todos os dados de uma pesquisa, facilitando a leitura, tornando-a de forma simples. A ideia é destacar o que se quer chamar a atenção. Fez-se, também, uma avaliação das melhores práticas nos países signatários da convenção da ONU sobre acessibilidade. Ao final chegou-se ao *roadmap*, mapa do caminho, que em suma é saber onde se está agora e onde se quer chegar. Entre estes dois caminhos pode-se oferecer vários outros, que podem ser curtos, longos, dependendo dos recursos que se tem, etc... a proposição era facilitar a implementação deste projeto. Quando se foi

⁶ Formou-se engenheiro mecânico pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mestre em Metrologia Científica e Industrial e doutor na área de Logística e Transporte ambos por esta Universidade, onde atualmente é professor.

fazer o *roadmap*, levou-se em consideração a “Pirâmide de Maslow”, que trabalhou numa teoria onde as pessoas tem uma hierarquia de necessidades. Na parte básica, na base da pirâmide, tem-se o alimento, a roupa, mais acima tem-se o amor, o relacionamento, a autoestima, a confiança, e no topo tem-se a dignidade, a moralidade, a solução de problemas; b) Projeto “Vida & cidadania: uma exposição fotográfica sensorial” – a ideia era criar uma exposição fotográfica para todos, então conciliou-se um outro projeto, fotos do “Projeto Rondon” onde esta exposição fosse acessível a todos e com total independência. Vimos que é fácil poder fazer este tipo de operação. Tivemos um cuidado também de ter um toque de carinho neste projeto, visitamos a APAE, parceiros dos projetos, e alguns alunos fizeram as letras que utilizou-se como referência para criar todas as comunicações dentro do projeto. A ACIC, a APAE, a UFSC, dentre outros, foram parceiros neste projeto. É preciso buscar uma motivação. Pode-se fazer de forma simples, coisas muito interessantes. Se tiver tecnologia, ótimo, mas, se não é possível criar mesmo assim.

Debate

Luís Valdemir Coelho de Bragas - FURB – ressaltou que a motivação e o envolvimento de todas as áreas podem trazer soluções muito simples. Destacou, por sua experiência, que falta um pouco de divulgação. Às vezes peca-se por fazer as coisas e não publicitar, esta contaminação é importantíssima. Às vezes elabora-se algum projeto, e coloca-se em prática, mas não se faz a devida divulgação. Dentro da UFSC há alguma estratégia para publicizar este tipo de ação e inclusive estimular outras áreas?

Edmilson Klen - UFSC – não há uma forma direta. Este debate é uma forma de divulgação, assim como os artigos que se faz. A Agecom nos dá este apoio, mas cabe a nós divulgar, e às vezes pecamos nisso. Um dos itens que precisamos incluir é o apoio à pesquisa, quando busca-se investimento para pesquisa, precisa-se buscar fazer esta divulgação.

Ana Paula Natto Carneiro - SENAC SC – Muitas vezes nos deparamos com exemplos chamados de desenho universal e que não são universal.

Edmilson Klen - UFSC – *o universal é acessível e não aparenta ser. Realmente as pessoas confundem estes dois conceitos. Nota-se isto também em outras áreas, por exemplo, produtos ecológicos, diet. Fala-se que são e não são. A educação, a preparação das pessoas pode fazer a diferença. Quando me deparo com alguma coisa na universidade que não está correta, eu envio um e-mail, eu registro as reclamações.*

Claire Cascaes de Aquino - IFSC Palhoça – *na elaboração de materiais didáticos, há muito design instrucional, qual a diferença do design universal? Sou bibliotecária e trabalho com comunicação visual. Como a Biblioteconomia pode avançar mais nesta área?*

Edmilson Klen - UFSC – *às vezes se está utilizando os princípios do design universal, mas não se tem consciência disso. Já existe um interesse muito grande, vejo isso por colegas da nossa universidade. Pensando em nossa biblioteca, vejo que cabem várias áreas, arquitetura, engenharia, design. Creio que isso tem que ser colocado na educação. Vejo uma preocupação do pessoal em tornar a biblioteca, cada vez mais, acessível. Volto para a educação, precisamos trabalhar mais com isso.*

Participante não identificado – *o Prof. já trabalhou com a impressora 3D em projetos para pessoas com deficiência visual?*

Edmilson Klen - UFSC – *as impressoras estão começando a ficar cada vez maiores. Quem trabalha com a parte de produto dentro do design, instigamos a trabalhar esta questão do design universal. Esta tecnologia está cada vez mais acessível.*

8 RELATOS: Trajetória acadêmica e profissional de pessoas com deficiência

Convidados: Leandro de Oliveira⁷ e Karla Garcia Luiz⁸

Leandro de Oliveira – *Estou inserido no movimento das pessoas com deficiência através da proximidade com a Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB), minha fala tende a puxar pelo lado político do movimento. Minha deficiência é gradativa, hereditária, eu não nasci cego, fui perdendo a visão aos poucos. O ensino regular cursei em escolas públicas. O primeiro contato que tive com a acessibilidade foi na sala de recursos multimeios. Nesta perspectiva, um fato importante que caracteriza minha trajetória é a minha própria estrutura financeira familiar que dá um diferencial para eu ter me inserido sempre na perspectiva de estar acessando as políticas públicas e os espaços públicos. Minha família não teve a oportunidade de ter acesso ao conhecimento, uma pessoa com deficiência visual na família, para eles foi um aprendizado muito mais importante e dificultoso do que propriamente para mim. Sempre trabalhei na perspectiva da não aceitação e de enxergar o mundo buscando transparecer ou demonstrar o mínimo da deficiência, até porque eu enxergava um pouco, não usava a bengala, não precisava de tantas adaptações como preciso hoje. Pelo estímulo da família ficava sempre na busca de que esta limitação iria acabar, que iria haver uma cura, isto me limitou muito e trouxe bastante dificuldades para eu lidar com a minha deficiência. No ensino médio sempre utilizava lupa ou telescópio, mesmo que quisesse ser uma pessoa normal eu estava fadado ao erro. Sempre fui inserido de uma maneira muito tímida nos espaços em que eu ocupava. Não conseguia trabalhar com a deficiência, com a exclusão, com o sentimento de não fazer parte. Neste sentido foi muito importante minha tomada de decisão após concluir o ensino médio, quando comecei a perder significativamente minha visão, de mudar meu pensamento e contribuir para que a minha família me apoiasse de outra forma. Então me inserir na Associação Catarinense para Integração do Cego (ACIC), e hoje faço parte da diretoria. As*

⁷ Graduando em Serviço Social por esta universidade, dentre outras experiências, trabalhou como auxiliar administrativo na Associação Catarinense para Integração do Cego (ACIC). Conselheiro representante de Usuários no Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis.

⁸ Possui graduação em Psicologia pela Universidade Católica dos Santos, é especialista em Educação Especial (UNINTER), mestre em Psicologia pela UFSC e membro do núcleo de estudos sobre deficiência (NED) da mesma universidade.

vagas que tinham disponíveis no mercado de trabalho, não eram de grandes responsabilidades, me inseri numa empresa de tecnologia, na qual minha função era dar um suporte que não precisava ser dado, por muitas vezes este suporte nem era solicitado. Acabava não sendo um trabalho muito produtivo. Para uma pessoa com deficiência que estava com tantas ideias, tentando buscar alguma coisa, acabava sendo frustrante. Mas, nunca parei, continuava a buscar respostas para mim mesmo e ter acesso a outras oportunidades. Com o apoio de amigos e de meus familiares comecei a estudar para o vestibular da UFSC. Primeiramente não passei, fiz uma prova para saber o nível que eu tinha que alcançar, e no segundo ano eu foquei mais. Aprendi o braile, mas acabei não utilizando muito, e optei pelos sintetizadores de voz. Fiz todo o processo de estudo para o vestibular da UFSC utilizando o sintetizador de voz, e com o apoio de colegas. Tive a oportunidade de montar um grupo de estudos, dois colegas que estudaram comigo no ensino médio, e isso foi muito importante para eu conseguir alcançar o nível que era preciso para passar na prova do vestibular. Minha inserção na UFSC se deu a partir de algumas oportunidades e adaptações que me foram oferecidas. Desde meu cadastro, minha inscrição na prova do vestibular, me foi perguntado qual a melhor maneira de estar disponibilizando o material, deram as opções de prova em braile, de transcritor, foi muito importante toda esta oportunidade para facilitar minha inserção na UFSC. No momento em que entrei em 2012 a UFSC estava estruturando o Ambiente de Acessibilidade Informacional (AAI), assim como todos os espaços sociais que ocupamos hoje está num momento de transformação, de aprendizado. A UFSC não desenhou um caminho ou uma forma de se trabalhar a pessoa com deficiência, mas sempre esteve aberta a exposição das necessidades e demandas que íamos trazendo para o AAI. Trabalhar com as pessoas com deficiência em uma perspectiva da diversidade, é uma atitude bastante bacana e extremamente importante. Como muitos autores/pesquisadores defendem como o Prof. Adriano (UFSC), não se pode estar trancado em um modelo social da pessoa com deficiência, mas trabalhando na especificidade de cada um. Evitar ao máximo uma perspectiva de modelo, rótulo ou juízo de valor, não somente com as pessoas com deficiência, mas no geral, evitaria muitos erros que cometemos no dia a dia. Sempre estamos buscando um padrão, um modelo, algo bastante distante da realidade das pessoas, do ser humano. Inseri-me no Curso de Serviço Social, o que acabou abrindo meu leque de oportunidades. Aproximei-me de estudar os movimentos sociais, todo o conjunto de lutas que tinha

sido o precursor que impulsionou todas estas mudanças; do movimento das pessoas com deficiência. Ineri-me no conselho das pessoas com deficiência representando a ACIC e hoje tenho esta experiência de estar trabalhando nesta luta política. Percebemos que criamos vários espaços de representação, mas por mais que seja um espaço institucionalizado, criado pelo governo, o próprio governo não reconhece estes espaços como um espaço de deliberação, de decisão sobre as políticas, e não oferece a estrutura para que aconteçam estes conselhos. Por isso temos este grande afastamento do conselho das principais discussões de acessibilidade. Tanto em nível municipal como nacional. Um exemplo desta experiência do conselho nacional, foi quando aconteceu a Copa do Mundo no Brasil. O conselho se posicionou com relação à reserva de vagas para pessoas com deficiência, foi inclusive cobrado a se posicionar e falou que no mínimo 4% das vagas deveriam ser direcionadas à esse público. O que foi efetivamente liberado foi 2%. Isso não foi um ganho para dizermos que o conselho hoje é respeitado e que conseguimos trabalhar estas questões. A pessoa com deficiência não é reconhecida como um ser produtivo. O empregador se envolve e mobiliza o mínimo possível de recursos e de esforços apenas para cumprir a cota exigida pelo governo. Por isso a importância do envolvimento das pessoas com deficiência neste sentido. As instituições estão saturadas de negativas, de desenvolver ações e não serem respeitadas. O poder público acaba não mediando, não consegue dar conta de trabalhar com as instituições, com as denúncias, e a situação se arrasta e ainda temos um longo caminho para avançar neste sentido.

Karla Garcia Luiz – Tenho uma deficiência física chamada “artrogripose múltipla congênita”, que é o congelamento das articulações e provoca a mobilidade reduzida. Nasci no início dos anos 80. Meus pais não sabiam que eu ia nascer com deficiência, nasci em Imituba num hospital mantido por freiras, minha mãe conta que quando eu nasci os médicos me esconderam uns três dias, porque não sabiam o que era, como falar, a deficiência era um mito. No terceiro dia minha mãe deu um “xilique”, e perguntou por que não me traziam para ela ver. Foi então que o médico falou que eu havia nascido “toda torta”. Todo mundo já tinha me fotografado, o médico recomendou para a minha mãe que eu viesse para Florianópolis fazer um tratamento. Minha família sempre me estimulou muito, estudei em colégio público, as crianças ficavam ao redor de mim perguntando o que tinha acontecido, se eu havia

me acidentado. Eu tive mais facilidade, porque nunca fui de outro jeito, nasci assim. O que me ajudou muito foi ter crescido com uma tia surda, e conseguimos conviver com a deficiência. A partir dos 16 anos comecei a andar, após algumas cirurgias. Sempre tive amigos que queriam me ajudar, que queriam carregar minha mochila, a escola era pequena, as pessoas sempre tinham muito boa vontade, então, era mais fácil se adaptar, não havia uma questão tão política, a questão da conquista do direito, lei da acessibilidade, a própria constituição nossa é de 88, e traz um capítulo sobre esta questão. Entrei na faculdade, a mobilidade reduzida é mais fácil, dá menos trabalho para adaptar. Depois que me formei e retornei para minha cidade, a última coisa que pensei foi de estudar para tratar minha deficiência. Recebi um convite da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Garopaba para trabalhar. Eu não havia mandado currículo, mas fui. Segundo eles, os profissionais da psicologia entravam em descrédito, porque não tinham a vivência, foi onde julgaram importante ter uma pessoa com deficiência trabalhando. Fui trabalhar com o universo das pessoas com deficiência intelectual, mas tinha as questões de acessibilidade para eu realizar o meu trabalho. O ambiente teve que se modificar para que eu pudesse exercer minha função. Fiz uma especialização em educação especial, mas não me senti contente com esta formação, porque sempre estavam querendo buscar um padrão. Então, fiz mestrado na UFSC, com o Prof. Adriano, e mergulhei no campo dos estudos com deficiência, e me identifiquei também como pessoa, não somente com o campo de pesquisa. A deficiência se dá no enfrentamento da barreira de uma sociedade que foi socialmente construída para pessoas que enxergam que ouvem e que tem suas faculdades mentais. Enfrentei barreiras para fazer a prova da pós aqui na UFSC, porque não havia nenhum campo para a pessoa informar se tinha deficiência. A própria edificação não era adaptada. Nenhuma pessoa com deficiência física é igual a outra, nenhum cego é igual ao outro, então precisamos tratar a especificidade das pessoas. A Coordenadoria de Acessibilidade Educacional (CAE) também estava em processo de construção. Ano passado, como estudante do mestrado tive a companhia de dois colegas cegos e aprendi muito. No mestrado participei de um projeto de extensão por dois anos e atendia outros alunos com deficiência. Ficamos a mercê da boa vontade do professor, do curso, do coordenador. Passei a perceber o quanto a deficiência implicava na vivência destas pessoas dentro da universidade. Dependendo da onde você nasce, da sua família, de suas crenças, isso vai mudar o tipo de enfrentamento

na tua vida como um todo, inclusive na vida escolar. Prestei concurso para psicóloga do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). Foi a primeira vez que fiz seleção por cota. Mas, fiquei em segundo lugar. Entretanto, me chamaram para trabalhar, porque a primeira colocada, na verdade, não tinha deficiência. Atuo como psicóloga na coordenadoria pedagógica, e atendo as pessoas com deficiência. Trabalho sob a perspectiva de três lemas: 1) Tudo é uma questão de direito, de garantia social, não é caridade. 2) O tempo chegou, não dá para fecharmos os olhos para esta questão, estamos em todos os espaços, espalhados pelas famílias, pelas universidades, pelo mercado de trabalho. 3) “Nada sobre Nós sem Nós” (Lema já consagrado no movimento de pessoas com deficiência), ou seja, nada pode ser feito sem a nossa voz, nós precisamos dizer o que deve ser feito e a sociedade precisa ouvir o que as pessoas com deficiência tem a dizer.

Debate

Participante não identificado – trabalhamos a intersecção desta sociedade que não conhece as questões da pessoa com deficiência, e num mundo da pessoa com deficiência. Na minha dissertação de mestrado o avaliador da banca me questionou, não gostou, de eu ter dito que a “sociedade não conhece”. Mas, penso que é um trabalho de educação bilateral. Como vocês veem esta questão, de não condenar a sociedade apenas, mas de informar, divulgar.

Karla Garcia Luiz – tudo é um momento histórico. Socialmente a sociedade foi construída deste modo, agora estamos fazendo uma desconstrução para construir outras coisas. Isso leva tempo, é importante a sociedade conhecer as nossas necessidades, porque parece um universo paralelo, mas é a falta de conhecimento, um pré-conceito.

Leandro de Oliveira – quanto a esta teoria de existir dois mundos, dois movimentos, duas sociedades, de certa forma vêm ao encontro do que temos hoje. Temos que lidar com a própria falta de conhecimento, muitos espaços que frequentamos simplesmente nos sentimos em outro mundo, não é um mundo que foi feito pensando nas adversidades, nas pessoas que não se encaixam neste padrão de ser

humano pleno. Temos que lidar com esta sociedade que costumeiramente separa muito as coisas.

José Carlos de Oliveira - UTFPR — é importante que a gente tenha acesso a legislação e que façamos a difusão disso. Esse encontro face a face com as pessoas que não tem deficiência é muito importante. Eu nasci ouvinte, com 13 anos perdi minha audição totalmente, estou perdendo minha visão agora, por conta disso sou surdo/cego. É importante que a família tenha este conhecimento, porque normalmente elas desconhecem a língua de sinais, pensam na cura da pessoa, e a sociedade também vê deste modo, também com este olhar clínico de cura. Diante da sociedade e da comunidade por falta de acesso a informação e conhecimento a gente não avança. É importante que o espaço acadêmico contribua para esta melhora. Eu acessei a universidade em 2005 e já tinha a presença do interprete, o que não acontece na educação básica e ensino médio. Quando fiz vestibular para o Curso de Letras/Libras tive a oportunidade de fazer a prova acessível. Recebi também algumas outras contribuições desde passagens para me deslocar para fazer a prova. Eu entrei com um processo na época para fazer um curso sem ônus, tive um apoio judicial para isso, porque também tenho dificuldades financeiras. Na época eu havia sido aprovado aqui e em outra universidade. No Letras/Libras temos oportunidade de acesso ao conhecimento através dos interpretes de Libras. Tive muito apoio do AAI/UFSC, que me ajudou bastante nesta questão do acesso aos materiais. Esse apoio foi muito importante para mim quando acessei o mestrado também. Já tenho certa idade, mas assim como a Carla relatou, minha deficiência também é novidade para a medicina. Tive muito apoio da ACIC, das associações e dos setores da UFSC. Onde tem a oportunidade precisamos participar e mostrar estas diferenças.

9 PALESTRA: Orientação e mobilidade na UFSC

Palestrante: Igor Zucchi⁹ - Associação Catarinense para Integração do Cego (ACIC)

Contextualizou a missão e a história da ACIC que existe há 38 anos e trabalha em parceria com outras instituições. Falou sobre o que caracteriza a pessoa com deficiência visual e a pessoa com baixa visão. Destacou que orientação (O) e mobilidade (M) refere-se a pessoa conseguir mover-se de forma orientada e segura. Descreveu como acontece o treinamento de O e M, em que inicialmente se faz uma avaliação das condições da pessoa, no que se refere a visão a partir de laudo oftalmológico, a capacidade de mobilidade, o nível de independência, os sentidos remanescentes, tato, olfato. A partir daí se faz o planejamento e a execução do treinamento propriamente dito. Ressaltou que há dois tipos de treinamento: a) treinamento interno - técnica de autoproteção, exploração tátil, guia vidente, e bengala; b) treinamento externo - deslocamento de carro e uso de transporte público, compreensão do espaço, buscando informação (pistas, referências), comunicação, exploração do espaço e formação de mapa mental, entendimento do trânsito de pedestres e veículos - travessia de ruas. Falou sobre o treinamento realizado na UFSC, instituição parceira da ACIC. O processo se inicia conhecendo a pessoa, identificando se já está em treinamento de O e M; se já realizou este treinamento (quais as técnicas que utiliza, o que tem como referência, se possui deficiência visual, se tem boa audição); se nunca realizou o treinamento. Ressaltou que inicialmente houve muita dificuldade, pois era uma área desconhecida, mas que a parceria com a UFSC foi fundamental, teve-se assessoria com o Prof. Carlos; treinamento de Libras; Libras táteis. A partir daí buscou-se novas referências: Ex. para atravessar uma rua utiliza-se muito a audição, para tentar identificar a distância que o carro está. A comunicação, que é muito importante para a mobilidade, foi outro problema encontrado. Tem ponto de ônibus com duas ou três linhas, se uma pessoa cega cochilar no ônibus e passar do ponto de parada, ela ficará desorientada. No caso da surdo/cegueira é preciso se comunicar com o motorista. Para as pessoas

⁹ Formado em Educação Física com especializações em treinamento personalizado e treinamento desportivo. Trabalha com habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência há quatorze anos, sendo oito desses com deficiência intelectual e nos últimos seis anos com deficiência visual, atuando como professor de Orientação e Mobilidade na ACIC – Associação Catarinense para Integração do Cego.

que nunca fizeram treinamento de O e M é importante: a) conhecer o espaço – identificar os principais pontos (biblioteca, restaurante, centro de ensino e sala de aula, centro de convivência, etc...); b) testar - definir os melhores caminhos e formar um mapa mental - o que normalmente usa como referência, o que seguir como linha guia, definir pontos de travessias de ruas (melhor ponto para atravessar é onde tem estacionamentos) e mudanças de direção, repetição - memorização do mapa. Destacou como as pessoas podem contribuir nesse processo: Pergunte se a pessoa com deficiência quer ajuda; avise ao sair; se você não sabe o nome da pessoa, toque (no ombro, braço, costas) com delicadeza e fale baixo ao se aproximar; os pontos mais críticos são cruzamentos de ruas, espaço muito aberto sem linhas guia, pontos de ônibus, pisos inadequados (piso guia - com canaletas, dá direção; piso alerta – com bolinhas, alerta de mudança de direção, final de rua, obstáculos...), calçadas irregulares e com muito obstáculos. Enfatizou algumas ações da ACIC voltadas ao conhecimento da área de orientação e mobilidade - assessoria, participação em pesquisa, oficinas (orientação e mobilidade, braile), palestras, debates, mobilizações, contato direto (dia a dia). Para concluir, exibiu algumas fotos com exemplos de treinamento em orientação e mobilidade no Campus da UFSC - Florianópolis.

Debate

Cristian Evandro Sehnem – UFSM – andando com tênis ou sapatos não tenho sensibilidade suficiente para identificar se é um piso direcional (linhas horizontais) ou de alerta (bolinhas). Se estou na calçada e tem outra pessoa cega vindo em direção oposta nós podemos nos encontrar. Há quem diga que é a bengala que deve tocar o piso tátil e não a pessoa. Mas, a bengala não tem o sentido tato. Você acha o piso tátil eficiente?

Igor Zucchi – ACIC - no treinamento se faz uma avaliação para verificar o nível de sensibilidade das pessoas. O piso guia tátil é no pé, não na bengala. O piso tátil tem que ter contraste justamente para a pessoa de baixa visão. Então ele pode servir de guia porque a pessoa tem uma visão periférica. Nos treinamentos segue-se uma ordem como a de trânsito de carro, ou seja, sempre vamos para a direita, para não ter este “encontrão”. Ou, quando estiver em cima do piso, e perceber que tem outra

peessoa você pode chamar a atenção e sair para a direita. O piso tátil não é um dos mais confortáveis. Há estudos que apontam que se fosse menos relevo, mais baixo, as pessoas não conseguiriam sentir, então, tem que ter aquela espessura, espaçamento entre as linhas e bolinhas.

10 MESA REDONDA: Panorama da Acessibilidade no Ensino Superior Catarinense

Convidadas: Saete Cecília de Souza¹⁰ – UNISUL, Geisa Bock¹¹ - UDESC, Vanir Peixer Lorenzini¹² – UNIPLAC e Vivian Dias¹³ – UFSC.

Mediadora: Gláucia Maindra¹⁴ - Biblioteca Pública Municipal de Imbituba.

Saete Cecília de Souza – UNISUL – apresentou um breve panorama da acessibilidade no ensino superior, contextualizando o cenário catarinense. Destacou algumas premissas importantes: as universidades tem um papel majoritário obrigatório de criar redes de pesquisa e preparação de professores, precisam desenvolver redes de apoio, de trabalho, o ensino superior tanto catarinense quanto nacional avançou pouco neste quesito. Ressaltou que houve um avanço no instrumento de avaliação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira do Ministério da Educação (INEP/MEC), onde foram incorporados os eixos da acessibilidade, dentre eles o arquitetônico ou físico, atitudinal, instrumental, metodológico, comunicacional. Destes eixos o que mais se trabalhou no contexto

¹⁰ Possui graduação em Biblioteconomia pela UDESC, Especialização em Gestão da Informação e mestrado em Engenharia de Produção pela UFSC. Coordena a Biblioteca da Unisul Virtual, e o Programa de Promoção de Acessibilidade da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). É docente da Unisul Virtual.

¹¹ Professora da UDESC, no Laboratório de Educação Inclusiva (LEdI) do Centro de Educação à Distância (CEAD). Possui graduação em Educação Especial pela UFSM e mestrado em Educação e Formação de Educadores pela UFSC. É doutoranda do programa de pós Graduação em Psicologia da UFSC. Atua no curso de pós graduação em Atendimento Educacional Especializado/UFC na área da Deficiência Física e na Coordenação Pedagógica.

¹² Mestre em Educação pela UNIPLAC, direcionando sua pesquisa para as práticas pedagógicas diante da inclusão escolar de pessoas com deficiência. Especialista em Educação Especial, Psicopedagogia e Psicomotricidade. Pedagoga, com habilitação em Supervisão Escolar. Atualmente é professora concursada da UNIPLAC com atuação no ensino, extensão e pesquisa, especialmente em relação à inclusão e acessibilidade educacional.

¹³ Graduada em Fonoaudiologia pela UNESP e Mestre em Filosofia- Ciência Cognitiva e Filosofia da Mente- pela mesma instituição. Especialista em Leitura, Escrita e Aprendizagem pelo CEFAC-São Paulo e Equoterapeuta pela ANDE-Brasil/UNB. Atualmente é fonoaudióloga da Coordenadoria de Acessibilidade Educacional (UFSC) e doutoranda do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas (UFSC).

¹⁴ Graduada em Biblioteconomia pela UFSC. Atua na Biblioteca Pública Municipal Cônego Itamar Luiz da Costa em Imbituba. Exerceu atividades na Coordenação do Sistema Municipal de Bibliotecas, Livros, Leitura e Literatura e no Secretariado do CMPC – Conselho Municipal de Política Cultural. Atualmente é Conselheira do CMPC e recentemente assumiu a Gerência de Fomento e Incentivo à Cultura, na Secretária de Turismo, Esporte e Cultura do Governo de Imbituba.

brasileiro até o momento foi o arquitetônico e o instrumental ou atitudinal. Enfatizou a necessidade de aprofundamento sobre o currículo (Que currículo é esse? Está atendendo a pessoa com deficiência na universidade? Quais são os perfis profissionais?), de um projeto pedagógico de curso que foque um pouco mais num sujeito ativo, e não num sujeito inativo, como se estivesse à margem do processo; de organização de uma gestão institucional que dê conta da pesquisa, do planejamento e do atendimento deste sujeito na universidade. Falou sobre o programa de promoção de acessibilidade na Unisul. Tal programa está focado no atendimento de estudantes com deficiência física sensorial, mobilidade reduzida, transtornos. Destacou que houve um avanço em quatro pilares: gestão, pedagógico, pesquisa, formação continuada de docentes. Foi implantado um diagnóstico institucional permanente, se está reavaliando a universidade sob os eixos da acessibilidade. Entende que a educação inclusiva deverá permear a universidade para que se consiga mudar a cultura. Ressaltou que estão trabalhando sob a premissa da acessibilidade no projeto de repositório institucional da Unisul; no espaço virtual de aprendizagem, para pessoas com deficiência visual e também com se está trabalhando com a Libras. O trabalho de acessibilidade na Unisul teve início pela biblioteca universitária, na adaptação e conversão de livro didático, adaptação de avaliação presencial e a distância, flexibilização escolar, serviço de atenção à aprendizagem. Entretanto o objetivo era atender, compreender e fazer a formação de todos os sujeitos da universidade. Há 10, 15 anos atrás se dizia que as doenças do futuro seriam as psíquicas, e isso já é o presente. Como identificar este estudante? Temos no Programa de orientação profissional, um espaço específico para a pessoa com deficiência, mas nosso investimento em pesquisa ainda está frágil.

Geisa Bock – UDESC – falou de sua experiência no Centro de Educação a Distância, da UDESC, laboratório criado pelos professores que atendem ao ensino, pesquisa e extensão, com o objetivo de pensar na perspectiva de uma docência inclusiva. Por meio do diálogo com os pares, com o núcleo docente estruturante, busca-se entendimento para as questões que tornam o processo do estudante um tanto distanciado. Enfatizou que está no processo pedagógico estas barreiras que são de ordem metodológica e ao longo dos anos tem sido o maior enfrentamento dos estudantes, muito mais que a barreira arquitetônica ou comunicacional, pois já

se tem uma série de recursos implementados. A metodologia utilizada pelos professores, por sua vez, criam barreiras para o acesso ao conhecimento. Destacou que em 2015 foi criado o Núcleo de Acessibilidade, constituído de uma comissão consultiva de acessibilidade, composta por docentes e técnicos efetivos, que tem por objetivo trabalhar na eliminação destas barreiras metodológicas. Na UDESC têm-se dois espaços de interlocução: o Laboratório de Dedicção Inclusiva, e o Núcleo de Acessibilidade. Realizaram-se algumas pesquisas voltadas a acessibilidade do Moodle, de maneira a atender esta multiplicidade de necessidades existentes. Iniciou-se o estudo do desenho universal para aprendizagem, na tentativa de conseguir traçar uma metodologia estratégica de acesso universal aos estudantes.

Vanir Peixer Lorenzini – UNIPLAC – apresentou algumas ações da Uniplac no que se refere à acessibilidade, dentre elas, a criação da comissão institucional de acessibilidade formada por professores, técnico-administrativos e estudantes, para pensar na inclusão e acessibilidade de toda a universidade, em todos os sentidos. Em 2014 foi criada outra comissão para inserção da pessoa com deficiência no quadro funcional. Seguiu-se a mesma linha dos documentos oficiais, na elaboração da política de acessibilidade. Tal política de inclusão e acessibilidade encontra-se no conselho para aprovação. Nela há dois grandes quadros de pessoas atingidos, quadro funcional (docentes e técnicos) e estudantes. Para o quadro funcional tem-se a comissão anteriormente citada que faz um acompanhamento do servidor, desde a sua entrada na universidade e durante a sua jornada profissional. Em relação aos estudantes, há um programa que cuida da questão arquitetônica da universidade, que tem um olhar de uma maneira técnica. No ato da matrícula, por exemplo, já há um campo no formulário de inscrição para que os estudantes possam especificar quais as suas condições e quais recursos irão necessitar. Oferecemos o atendimento da transcrição em braille e tradução em libras e de atenção individual ao estudante. Independe de ter deficiência ou não, se o estudante estiver com alguma dificuldade tem atendimento psicopedagógico, psicológico à disposição. Está-se abrindo, tendo e mantendo espaços.

Vivian Dias – UFSC – falou sobre o trabalho da Coordenadoria de Acessibilidade Educacional (CAE), que tem por objetivo proporcionar condições igualitárias de acesso ao conhecimento por parte de estudantes com deficiência nos

diferentes contextos de ensino e aprendizagem da UFSC. Destacou que a partir do vestibular através da Coperve e dos coordenadores dos cursos, é realizado o mapeamento dos estudantes com deficiência, que atualmente são 150 estudantes na UFSC. Enfatizou que nem todos os estudantes se declaram, no momento do vestibular, com alguma deficiência, então, após o ingresso, os professores identificam e entram em contato com a CAE. A partir de então a CAE entra em contato informando ao estudante o que a UFSC pode oferecer e ele pode aceitar ou não. O trabalho da CAE é viabilizado por meio do contato com os professores, coordenação de curso e através dos estagiários de acessibilidade que são capacitados e supervisionados e oferecem o apoio de acordo com a demanda de cada estudante (alguns necessitam de acompanhamento diário). Além disso, as parcerias internas com os demais setores (PRAE, AAI, SAPSI, Programa de Pós-graduação em Psicologia, STAES, outros campi) e as parcerias externas (ACIC - parceira muito próxima tanto nas questões das capacitações, orientação e mobilidade) são fundamentais. Informou como está composta a equipe da CAE e reforçou que estão planejando e institucionalizando as áreas de atuação dentro da CAE, e que a Coordenadoria não deve ser vista como uma continuidade da sala de recursos.

11 PALESTRA: Audiodescrição em Instituições de Ensino

Palestrante: Flávio Coelho¹⁵ – Fundação Dorina Nowill

Falou sobre o Serviço de Apoio a Inclusão, área que cuida da reabilitação da pessoa com deficiência visual, que trata inclusive da família do indivíduo. Atualmente atende cerca de 1800 pessoas com deficiência visual, apoia cerca de 5 mil bibliotecas, escolas e organizações sociais, estimando cerca de 150 mil pessoas com deficiência visual beneficiadas em todo Brasil. Proporciona o acesso a informação através da produção e distribuição de livros em formato acessível gratuitamente, cursos de capacitações, consultoria em projetos de acessibilidade, avaliações de acessibilidade arquitetônica e sinalização. Segundo dados do IBGE (2010) há cerca de 6,5 milhões de pessoas com deficiência visual no Brasil. É preciso criar mecanismo para conseguir trabalhar a acessibilidade para todo Brasil. Pretende-se apoiar eventos que acontecem no país, formar grupos de trabalho nos estados para compartilhar ações, conhecimentos, aprendizagens. Percebeu-se ao longo do caminho da Fundação que a distribuição de livros era parte do que precisávamos fazer. Estes livros não eram utilizados, muitas vezes, porque as pessoas não tinham a informação de como fazer para utilizá-los, era preciso ter mecanismos de incentivo a leitura para as pessoas com deficiência visual. Nem todas as pessoas com deficiência visual sabem ou são alfabetizadas em braile, ou porque ficaram cegas na fase adulta, ou em função de diabetes em que se perde a sensibilidade. Por isso são importantes além dos livros em formato braile, também os livros falados e digitais. A audiodescrição sempre existiu, ainda que na forma do “cochicho”, depois se começou a profissionalizar com os recursos de tecnologia assistida, isto é, muda a forma como a pessoa com deficiência visual tem acesso a audiodescrição ou é por leitura de tela, por escrito, ou pela narração. A audiodescrição é utilizada desde 1989 pela Fundação na promoção do acesso a Revista Veja, pois na época era a de maior tiragem do Brasil. Desde 2010 foi intensificado este trabalho, começou-se a profissionalizar a audiodescrição. O

¹⁵ Bacharel em Comunicação Social Rádio e TV pela Universidade São Judas Tadeu. Pós-graduando em Audiodescrição pela Universidade Federal de Juiz de Fora. possui cursos de formação para audiodescrição. Desde 2010 trabalha na Fundação Dorina Nowill para Cegos na produção de livros acessíveis em áudio e com audiodescrição em produtos editoriais e audiovisuais. Gerencia a área de Produtos e Soluções em Acessibilidade da Fundação, além de coordenar e ministrar cursos de formação em audiodescrição e produtos acessíveis.

desafio de se fazer uma audiodescrição, por exemplo, de uma revista, é o tempo hábil de produção e o número de imagens. Revista semanal precisa ser feito este trabalho de forma muito rápida e com qualidade. A audiodescrição existe em três tipos: pré-gravada, ao vivo e simultânea. A pré-gravada é todo tipo de audiodescrição em que se consegue elaborar e/ou ter um roteiro pronto antecipadamente. Na audiodescrição ao vivo existe um roteiro, o audiodescritor pode acompanhar os ensaios para assistir, mas fará o trabalho de audiodescrição ao vivo, porque pode haver mudanças. Na audiodescrição simultânea, não há tempo de fazer o roteiro, não se tem informação prévia e acontece, geralmente, em simpósios, cursos, desfiles de modas, desfiles de carnaval, etc.... Neste tipo de audiodescrição, é importante que o palestrante envie todo o material que será utilizado no evento para o audiodescritor antecipadamente, para que, no dia, ele possa ter, pelo menos, alguma informação, como a programação, as autoridades presentes, as informações que serão exibidas, etc... Flávio apresentou alguns exemplos de audiodescrição apontando os desafios em cada tipo de material, tais como: livros em Daisy; vídeos; filmes; aplicada à Internet (sites, blogs); em leitor de tela. A linguagem específica para as crianças, a duração, a audiodescrição dos espaços, se constituem desafios para o audiodescritor. Exemplificou com a experiência da audiodescrição do filme “Perfume”, encomendada por alunos do Curso de Avaliação Olfativa. Houve todo um cuidado em descrever a França no início do século XX, em utilizar os nomes corretos das fragrâncias, os tipos de vidros. O filme é um ótimo suspense e é preciso deixar os espaços de silêncio para proporcionar o suspense que o filme quer passar. Tão importante quanto dar acesso às pessoas com deficiência é divulgar estes recursos.

Debate

Eliza Sena Silva – UFRA – é um desafio de produzir/reproduzir material acessível para alunos cegos que estão chegando à universidade. O trabalho da Fundação vem ao encontro de nossos interesses. Qual critério para reprodução do material (custo, tempo)?

Flávio Coelho - Fundação Dorina Nowill - na Fundação tem-se a construção do acervo com base na demanda da pessoa com deficiência. Esta demanda vai para

uma fila caso não esteja disponível em nosso acervo. O formato Daisy é um serviço que a Fundação oferece para as editoras, e elas enviam para as escolas. O pedido nos é enviado, fazemos o orçamento. O tempo depende do material, um material didático tende a demorar uns dois meses.

Participante não identificado - já receberam algum pedido de instituição para consultorias, para atender a universidade na produção de conteúdo para o EaD?

Flávio Coelho - Fundação Dorina Nowill - oferecemos cursos de audiodescrição, consultoria para a equipe que irá fazer o trabalho em suas instituições. Nossos atendimentos são mais para sites acessíveis, temos algumas experiências com o Moodle.

Geisa Bock – UDESC - nossa universidade se organizou fazendo parceria com o CAPE. Remanejamos o recurso para dentro do CAPE e eles dão a devolutiva de materiais acessíveis, tanto de material em braile, tátil, formato Daisy.

12 PALESTRA: Acessibilidade no cinema – produtora “Filmes que Voam”

Palestrante: Chico Faganello¹⁶

Falou da experiência da Produtora “Filmes que Voam” na produção de filmes acessíveis. *“Há menos de quatro anos começamos com a acessibilidade dentro do contexto da mostra de cinema infantil e por decisão pessoal minha, por afeição a um sobrinho meu que é surdo e pela incrível criatividade que os recursos das pessoas com alguma deficiência nos sugerem. Gosto de lembrar de uma citação de Stº. Agostinho (primeiro tradutor da bíblia para o idioma vulgata) ‘sente que cheiro, toque que macio, ouve que música...’ todo mundo diz ‘olha que cheiro, olha que macio, olha que música...’. A sinestesia nos ensina ser muito criativos, na hora de escrever roteiro de filmes, precisamos de silêncio, precisamos não ver coisas, a ausência de visão e de ruído são muito importantes e criativas para quem trabalha com cinema e com audiovisual o tempo todo. Aos poucos trabalhamos com Libras. Hoje temos uma equipe muito boa de tradutores trabalhando, toda semana temos trabalho na área de acessibilidade, o que significa que as pessoas estão se conscientizando e o mercado está evoluindo. A atitude conta muito mais do que a solução dos problemas imediatos da tecnologia. No caso específico de cinema temos novidades boas. Final do ano passado a Agência Nacional de Cinema (ANCINE) determinou que nenhum filme poderá obter recurso ou ser financiado com dinheiro público se não tiver recurso de acessibilidade. Nossa filosofia na “Filmes que voam” é a de que não faz sentido tratar pessoa com deficiência auditiva ou visual como ‘coitados’, prefiro tratá-los como uma pessoa absolutamente igual a mim onde posso ter relações profissionais. Dentro desta perspectiva é que aos poucos nossa vida vai ser mais fácil. A lei de estímulo a cultura local já determina que, pelo menos, 30% dos filmes que participarem de eventos devem ser acessíveis. Não existem filmes acessíveis livres, há alguns dispersos, mas não há uma rotina de produção de filmes acessíveis porque tem problemas tecnológicos e de mercado. As salas de cinema não sabem que tipo de equipamento acessível devem ter. Progressivamente o cenário tende a melhorar para nós que trabalhamos com a questão da acessibilidade. Continuem com o que a Dona Dorina usou para ser ponto de referência, que é a sua intenção e*

¹⁶ Jornalista, com especialização em cinema e doutor em Literatura. Escreve, produz e dirige filmes. É sócio-gerente da produtora Filmes que voam, especializada em acessibilidade.

a vontade de fazer. Somos uma produtora e distribuidora, nosso modelo é de consumo ético”.

13 ENCERRAMENTO

Karyn Lemhkhul – Bibliotecária coordenadora do Serviço de Referência onde está vinculado o Ambiente de Acessibilidade Informacional (AAI) - UFSC

Karyn reforçou a importância de dar continuidade às discussões e, conforme sugerido pelos participantes, será iniciado um grupo de discussão como este propósito, inicialmente, de forma mais informal, mas buscando a participação de todas as instituições do Brasil, não apenas no contexto catarinense. Este canal de comunicação será disponibilizado pela página do Seminário e do AAI no Facebook. Segundo Karyn, a proposta é iniciar a conversa e manter acesa esta chama de discussões que o Seminário proporcionou. Procedeu aos agradecimentos, convidou a todos para assistir a sessão de Cinema Acessível a seguir e encerrou as atividades.

14 EXPERIÊNCIA COM CINEMA ACESSÍVEL: sessão audiodescrição (AD) e Libras. Exibição do Documentário: “Escute” – Manoela Meyer

Sinopse: Documentário sobre percepções de pessoas com deficiência visual a respeito de estética, imaginação e sentimentos no cinema.

APÊNDICE A – PROGRAMAÇÃO

PROGRAMAÇÃO

Primeiro dia 26/08/2015 (quarta-feira)

8h	Credenciamento
9h	Abertura
9h15min	Palestra: Contribuições do tratado de Marrakesh para ampliação do acesso à informação da pessoa com deficiência. Palestrante: <u>Nayara Fátima Macedo de Medeiros</u> - Ministério da Cultura (Minc)
9h55min	Perguntas
10h15min	Intervalo
10h40min	Palestra: Princípios para o desenvolvimento de uma política de acessibilidade na Educação Superior Palestrante: <u>Maria Sylvia Cardoso Carneiro</u>
11h20min	Perguntas
11h40min	ALMOÇO
12h30min	Experiência com Cinema Acessível: sessão audiodescrição (AD) e Libras. Exibição do Documentário: “Uma Passagem para Mário” - <u>Eric Laurence</u> Eric Laurence planeja uma viagem com o grande amigo Mário Duques, que tem câncer. Partir do Recife, cruzar a Bolívia e finalmente chegar ao deserto do Atacama, no Chile. Mais do que um diário de viagem, um documentário sobre amizade, vida e morte.
14h	Palestra: O Ambiente de Acessibilidade Informacional (AAI): fluxo e trabalho. Palestrantes: <u>Clarissa Agostini Pereira</u> e <u>Karyn Munyk Lehmkuhl</u>
14h30min	Perguntas
14h40min	Palestra: O Curso de Letras Libras e seus desdobramentos na UFSC. Palestrante: <u>Marcos Luchi</u>
15h20min	Perguntas
15h40min	Coffee Break

- 16h10min Palestra: Desenho universal. Palestrante: Edmilson Klen - Professor pesquisador da UFSC
- 16h50min Perguntas
- 17h10min Finalização e convite para visita guiada na Biblioteca Central da UFSC
Bibliotecária: Yara Menegatti

Segundo dia 27/08/2015 (quinta-feira)

- 9h Relatos: Trajetória acadêmica e profissional de pessoas com deficiência. Convidados: Leandro de Oliveira e Karla Garcia Luiz
- 10h Perguntas
- 10h15min Intervalo
- 10h40min Palestra: Orientação e mobilidade na UFSC.
Palestrante: Igor Zucchi - Associação Catarinense para Integração do Cego (ACIC)
- 11h20min Perguntas
- 11h40min ALMOÇO
- 14h Mesa redonda: Panorama da Acessibilidade no Ensino Superior Catarinense.
Saete Cecília de Souza – UNISUL, Geisa Bock - UDESC, Vanir Peixer Lorenzini – UNIPLAC e Vivian Dias – UFSC.
Mediadora: Gláucia Maindra - Biblioteca Pública Municipal de Imbituba.
- 15h Perguntas
- 15h20min Coffee Break
- 15h50min Palestra: Audiodescrição em Instituições de Ensino.
Palestrante: Flávio Coelho – Fundação Dorina Nowill
- 16h30min Perguntas
- 16h50min Palestra: Acessibilidade no cinema – produtora Filmes que Voam
Palestrante: Chico Faganello
Encerramento
Experiência com Cinema Acessível: sessão audiodescrição (AD) e Libras.
Exibição do Documentário: “Escute” – Manoela Meyer

Documentário sobre percepções de pessoas com deficiência visual a respeito de estética, imaginação e sentimentos no cinema.

Terceiro dia 28/08/2015 (sexta-feira)

8h às 12h

Oficina: Desmitificando a audiodescrição.

Ministrante: Flávio Coelho – Fundação Dorina Nowill (20 vagas)

14h às 18h

Oficina: Adaptação de texto para pessoas com deficiência visual: a experiência prática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Ministrante: Clarissa Agostini Pereira - Ambiente de Acessibilidade Informacional (AAI/BU/UFSC) (10 vagas)

APÊNDICE B – RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES PRESENTES NO EVENTO

Nº	Nome	Instituição
1	ADRIANA BOSCHI MOREIRA	UFSC
2	ANA LUCIA FERNANDES CARELLI	UNIRIO
3	ANA PAULA NATTO CARNEIRO	SENAC SC
4	ANDREIA DOS SANTOS	IFC CAMPUS CAMBORIÚ
5	BERNADETE QUADRO DUARTE	UFSC
6	CASSANDRA MELO OLIVEIRA	DOCTORANDA UFSC
7	CÉLIA DIVA RENCK HOEFELMANN	UNIVALI
8	CIRIANE JANE CASAGRANDE DA SILVA	UFSC
9	CLAIRE CASCAES DE AQUINO	IFSC PALHOÇA
10	CLARISSA AGOSTINI PEREIRA	UFSC
11	CLAUDIA MARINA RODICZ COLAÇO	IFSC
12	CLEMILDA DOS SANTOS SOUSA	UFC
13	CRISTIAN EVANDRO SEHNEM	UFSC
14	DÂMARIS ALINE VIDAL OLIVEIRA	UFSC
15	DANIEL PRIORI	SENAC SC EAD
16	DANIELA BIELESKI	UFSC
17	DAURECY CAMILO	UFSC
18	DÉBORA FLORIANO DIMUSSIO	UFSC
19	DIRCE MISSAE SUZUKI	UEL
20	EDMILSON RAMPAZZO KLEN	UFSC
21	ELAINE THAIS DA SILVA LIMA	UFSC
22	ELIZA SENA SILVA	UFRA
23	FERNANDA LUISA DA COSTA FRANÇA	SENAC EAD
24	FLÁVIO COELHO DE OLIVEIRA JÚNIOR	FUND. DORINA NOWILL
25	GABRIELA DE LEON NÓBREGA RESES	SENAC EAD
26	GABRIELLA VIROLI CAVALCANTI CORREIA	UFSC
27	GEISA LETÍCIA KEMPFER BOCK	UDESC
28	GISELE IANDRA PESSINI ANATER MATOS	UFSC
29	GIULIANNE MONTEIRO PEREIRA	UEPB
30	GLÁUCIA MAINDRA DA SILVA	BIBLIOT. PÚBL. MUNIC. IMBITUBA
31	GRAZIELA DE SOUZA SOMBRIO	IFSC
32	IGOMAR ZUCCHI	ACIC
33	IZABEL MARIA BARRAL TEIXEIRA	UNIFAP
34	JOANA CARLA DE SOUZA MATTA FELICIO	UFSC
35	JORGE LUIZ GUEDES SANT'ANA	SENAC
36	JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA	UTFPR
37	JOZILDA BERENICE CANDIDO FOGAÇA	FEEVALE

(continua)

(continuação)

Nº	Nome	Instituição
38	KARLA GARCIA LUIZ	IFSC
39	KARYN MUNYK LEHMKUHL	UFSC
40	KATHERINE MENDES DIAS	SENAC SC EAD
41	LEANDRO DE OLIVEIRA	UFSC
42	LEILA CRISTINA WEISS	UFSC
43	LETÍCIA REGIANE DA SILVA TOBAL	UFSC
44	LUCIANA CURRA	UNISINOS
45	LUÍS VALDEMIR COELHO DE BRAGAS	FURB
46	MADJA GARCIA PEREIRA DA SILVA	UFSC
47	MARCELA REGINA LIMA RODRIGUES	UFSC
48	MARCIA MAFRA DA SILVA	UFSC
49	MARCIA VALERIA DA SILVA DE BRITO COSTA	UNIRIO
50	MARCOS LUCHI	UFSC
51	MARIA BERNARDETE MARTINS ALVES	UFSC
52	MARIA SYLVIA CARDOSO CARNEIRO	UFSC
53	MARIA SOUSA AGUIAR	UFOPA
54	MARIANE CRISTINE BERGER ROISENBERG	UFSC
55	MARIZE TONON SCHMIDT	UNISUL
56	MIRELLA FERREIRA DA ROSA	FATENP/UNIGRANRIO
57	NATANA SOUZA DA ROSA	SESI
58	NAYARA FÁTIMA MACEDO DE MEDEIROS	MINISTÉRIO DA CULTURA
59	NEILIANE ALVES BEZERRA	UFC
60	PATRÍCIA ALBANAES	UFSC
61	PATRICIA VALERIM	FEEVALE
62	PAULO ARAUJO DA CUNHA JÚNIOR	UFSC
63	POLIANA FERNANDES SENA	UFOPA
64	PRISCILA SARAIVA JACOBSEN	UFRGS
65	RENATA IVONE GARCIA	IFSC
66	RICARDO DE LIMA CHAGAS	UFSC
67	ROBERTA MORAES DE BEM	UFSC
68	RUTH BORGES FORTES DE OLIVEIRA	UFCSPA
69	SABRINA MANGRICH DE ASSUNÇÃO	ESTUDANTE UFSC
70	SALETE CECÍLIA DE SOUZA	UNISUL
71	SANY REGINA SARDÁ JUSTI	IFC CAMPUS CAMBORIÚ
72	SÉRGIO LUIZ OURIQUES	BICCATECA
73	SÍLVIA ARATA MARTINS	FACULDADE CÁSPER LÍBERO
74	SUELI YNGAUNIS	UNICID
75	SUELY NAZARÉ FURTADO FRANÇA	UFRA
76	TATIANE BEVILACQUA	UFSC

(continua)

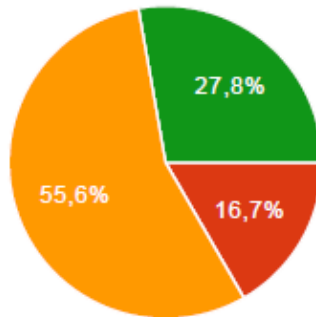
(conclusão)

Nº	Nome	Instituição
77	VALÉRIA DE JESUS	UFSC
78	VALÉRIA RESENDE TEIXEIRA	UFU
79	VANIR PEIXER LORENZINI	UNIPLAC
80	VERA LÚCIA INÁCIO DE SOUZA	UFRGS
81	VIVIAN FATIMA DE OLIVEIRA	UNIPLAC
82	VIVIAN FERREIRA DIAS	UFSC
83	VIVIAN ROSA STORTI	UNESP
84	WARLEY DOS SANTOS	UFSC
85	YARA MENEGATTI	UFSC

APÊNDICE C – SÍNTESE DA AVALIAÇÃO DO SEMINÁRIO E DAS OFICINAS

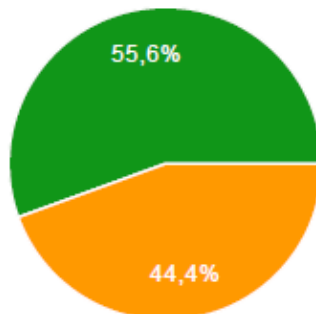
SEMINÁRIO

Divulgação do Evento



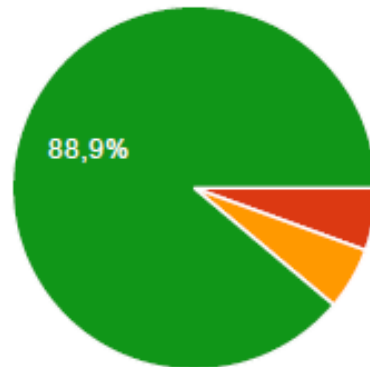
Fraco	0	0%
Regular	3	16.7%
Bom	10	55.6%
Ótimo	5	27.8%

Programação adequada aos objetivos do Evento



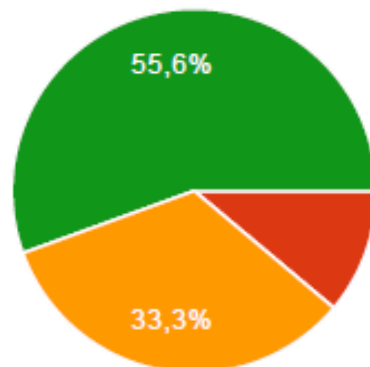
Fraco	0	0%
Regular	0	0%
Bom	8	44.4%
Ótimo	10	55.6%

Organização do Evento



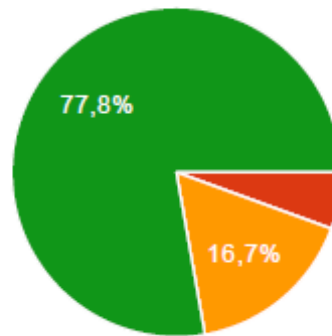
Fraco	0	0%
Regular	1	5.6%
Bom	1	5.6%
Ótimo	16	88.9%

Temas abordados



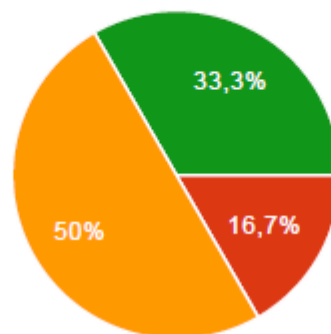
Fraco	0	0%
Regular	2	11.1%
Bom	6	33.3%
Ótimo	10	55.6%

Conhecimento dos ministrantes em relação aos temas das atividades



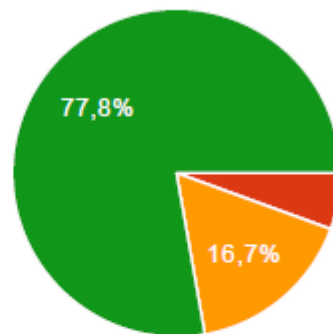
Fraco	0	0%
Regular	1	5.6%
Bom	3	16.7%
Ótimo	14	77.8%

Adequação das instalações à realização do evento



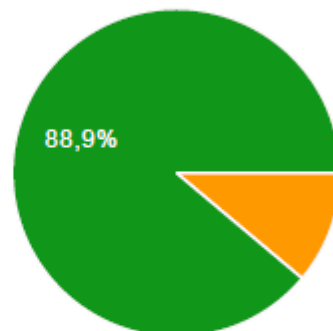
Fraco	0	0%
Regular	3	16.7%
Bom	9	50%
Ótimo	6	33.3%

Serviços de secretaria e apoio



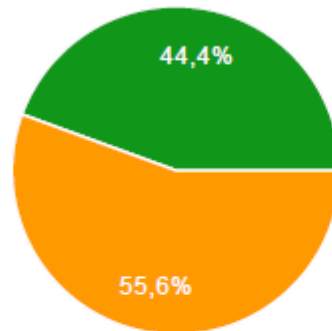
Fraco	0	0%
Regular	1	5.6%
Bom	3	16.7%
Ótimo	14	77.8%

Coffee Breaks



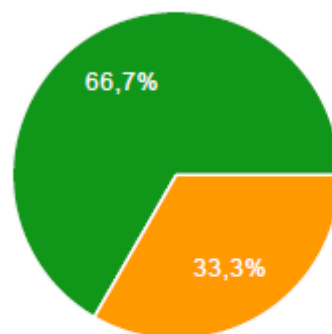
Fraco	0	0%
Regular	0	0%
Bom	2	11.1%
Ótimo	16	88.9%

Duração do Evento



Fraco	0	0%
Regular	0	0%
Bom	10	55.6%
Ótimo	8	44.4%

Indique o grau de importância deste evento para a sua atividade profissional:



nada importante	0	0%
pouco importante	0	0%
importante	6	31.6%
muito importante	12	63.2%

Você pretende dar continuidade às ações propostas?



sim	19	100%
não	0	0%

Comentários adicionais (sugestões, aspectos positivos e negativos):

Faltou um momento para apresentação dos participantes, seria interessante saber de um modo geral de onde eram os participantes e quais suas atividades. Gostei do cumprimento de horários, ficou sempre dentro do previsto. No entanto, no primeiro dia o intervalo para almoço foi bem reduzido em virtude das atividades do turno da tarde.

Que seja formada uma rede de instituições a nível nacional para se construir de forma nivelada a acessibilidade na educação superior.

Bom demais. Parabéns a todos que idealizaram e puseram a mão na massa. Foi maravilhoso conhecer o espaço da BU, as pessoas que nos receberam, os participantes e palestrantes. Vou ficar com saudades.

O mais importante do Seminário foi a proposta da professora Salete, da Unisul, em iniciar uma rede para troca de experiências. Fico no aguardo da criação do grupo que, pelo que entendi, será criado pela equipe organizadora deste Seminário. Sem tirar o mérito das palestras que envolveram normatização, experiências e práticas, comungo com a ideia do professor pesquisador Edmilson Klen, da UFSC, que abordou "Desenho Universal" que, no meu entendimento, deve ser o foco principal quando tratarmos de acessibilidade. Aguardo os conteúdos das palestras daqueles que as disponibilizarem.

A criação de um grupo que discuta as questões do evento em rede é necessária. Espero pertencer a este grupo para poder qualificar ações que já realizo na Universidade onde trabalho. parabéns à equipe organizadora/executora do evento.

Evento muito bem organizado. A comissão organizadora foi espetacular, as meninas estavam comprometidas em auxiliar nas demandas solicitadas. A programação foi bem elaborada, os palestrantes se demonstraram conhecedores dos assuntos abordados. A temática das palestras proporcionou uma interação bem legal entre os palestrantes e os participantes. Em alguns momentos, porém, notei que os assuntos das discussões se tornaram massivos, o que desmotivou um pouco a capacidade de manter a atenção. De modo geral, parabéns a comissão organizadora! O Evento superou minha expectativa.

O evento trouxe muitas experiências no contato entre os períodos de café. Todas as palestras foram super produtivas e incentivou mais ainda a análise de que temos muita coisa a fazer. Adotar um evento nacional.

Gostaria de solicitar mais vagas nas oficinas, pois eram muito interessantes, contudo não consegui participar por não ter vaga disponível (de acordo com o informado no site).

Parabéns!

Foi importante a ideia da formação em rede entre as universidades para a continuidade das discussões.

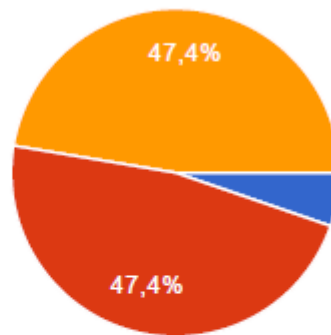
Sugestões de temáticas a serem abordadas caso o evento seja realizado novamente:

Acessibilidade no ead.

Foco no Desenho Universal. A acessibilidade deve ser tratada como uma necessidade de todos, inclusive pessoas com deficiência.

Abordagem sobre acessibilidade às pessoas com deficiências não físicas, mas mentais (atendimento, preparo, serviços disponíveis).

Avaliação geral do evento:

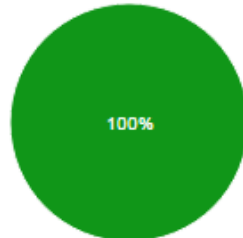


ficou abaixo da sua expectativa	1	5.3%
atendeu sua expectativa	9	47.4%
superou sua expectativa	9	47.4%

OFICINAS

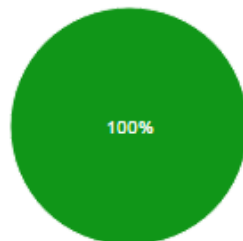
Sobre a oficina: Desmitificando a audiodescrição

Didática do ministrante



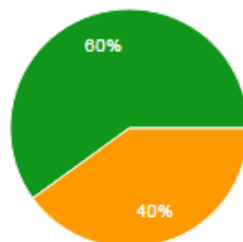
Fraco	0	0%
Regular	0	0%
Bom	0	0%
Ótimo	5	100%

Conhecimento do assunto por parte do ministrante



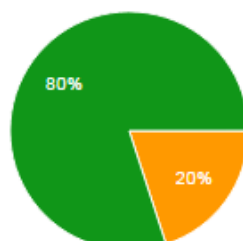
Fraco	0	0%
Regular	0	0%
Bom	0	0%
Ótimo	5	100%

Qualidade do material apresentado (Slides e demais materiais)

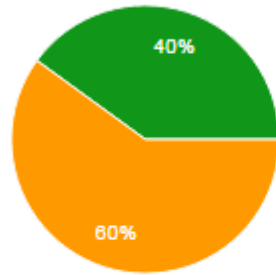


Fraco	0	0%
Regular	0	0%
Bom	2	40%
Ótimo	3	60%

Adequação das instalações físicas (incluindo equipamentos utilizados)



Fraco	0	0%
Regular	0	0%
Bom	1	20%
Ótimo	4	80%

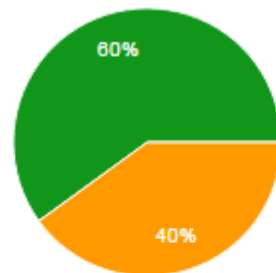
Tempo de duração

Fraco	0	0%
Regular	0	0%
Bom	3	60%
Ótimo	2	40%

Se necessário, complemente sua resposta!

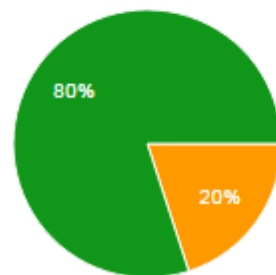
Sobre a oficina: Adaptação de texto para pessoas com deficiência visual: a experiência prática da BU/UFSC

Didática do ministrante



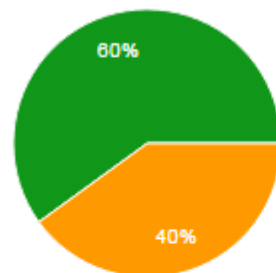
Fraco	0	0%
Regular	0	0%
Bom	2	40%
Ótimo	3	60%

Conhecimento do assunto por parte do ministrante



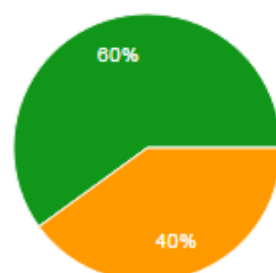
Fraco	0	0%
Regular	0	0%
Bom	1	20%
Ótimo	4	80%

Qualidade do material apresentado (Slides e demais materiais)



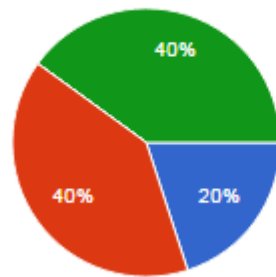
Fraco	0	0%
Regular	0	0%
Bom	2	40%
Ótimo	3	60%

Adequação das instalações físicas (incluindo equipamentos utilizados)



Fraco	0	0%
Regular	0	0%
Bom	2	40%
Ótimo	3	60%

Tempo de duração



Fraco	1	20%
Regular	2	40%
Bom	0	0%
Ótimo	2	40%

Se necessário, complemente sua resposta!

Não houve tempo suficiente para fazermos os exercícios que foram propostos pela ministrante.

Acho que faltou tempo para essa oficina.